

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	20
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	50
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	106
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	107
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	110

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.796.478
Preferenciais	157.727
Total	5.954.205
Em Tesouraria	
Ordinárias	32.030
Preferenciais	3.612
Total	35.642

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	50.467.584	53.516.055
1.01	Ativo Circulante	12.503.055	17.109.300
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.231.483	1.669.059
1.01.02	Aplicações Financeiras	191.241	190.779
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	191.241	190.779
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	191.241	190.779
1.01.03	Contas a Receber	1.344.294	1.193.687
1.01.03.01	Clientes	1.344.294	1.193.687
1.01.04	Estoques	51.480	57.599
1.01.06	Tributos a Recuperar	99.187	146.426
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	99.187	146.426
1.01.07	Despesas Antecipadas	201.089	191.087
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.384.281	13.660.663
1.01.08.03	Outros	6.384.281	13.660.663
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	359.552	7.565.968
1.01.08.03.02	Outros Tributos	535.316	232.961
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.261.485	1.348.700
1.01.08.03.04	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	3.242	4.366
1.01.08.03.05	Ativos Mantidos para Venda	3.684.289	3.721.549
1.01.08.03.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	23.198	0
1.01.08.03.07	Demais Ativos	517.199	787.119
1.02	Ativo Não Circulante	37.964.529	36.406.755
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.451.526	8.082.659
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.926	4.860
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	4.926	4.860
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	113.974	113.507
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.566.693	4.394.712
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	4.566.693	4.394.712
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.765.933	3.569.580
1.02.01.09.03	Outros Tributos	1.312.955	147.409
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.367.477	3.337.981
1.02.01.09.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	65.779	64.253
1.02.01.09.06	Demais Ativos	19.722	19.937
1.02.02	Investimentos	16.624.577	16.931.222
1.02.02.01	Participações Societárias	16.624.577	16.931.222
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	16.610.505	16.917.150
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	14.072	14.072
1.02.03	Imobilizado	7.004.381	6.322.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.544.281	5.862.699
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	460.100	460.135
1.02.04	Intangível	4.884.045	5.070.040
1.02.04.01	Intangíveis	4.884.045	5.070.040
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	4.784.161	4.961.425
1.02.04.01.03	Software	7.446	15.685
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	12.579	12.656

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.04.01.05	Outros	79.859	80.274

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	50.467.584	53.516.055
2.01	Passivo Circulante	2.589.610	3.402.850
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	144.486	157.451
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	144.486	157.451
2.01.02	Fornecedores	1.063.637	1.301.537
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.063.637	1.301.537
2.01.02.01.01	Fornecedores	992.063	1.231.040
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	71.574	70.497
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.805	963
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.805	963
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.805	963
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	115.904	660.172
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	115.904	660.172
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	161	402
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	115.743	659.770
2.01.05	Outras Obrigações	1.003.964	853.652
2.01.05.02	Outros	1.003.964	853.652
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.063	5.075
2.01.05.02.04	Outros Tributos	261.011	233.714
2.01.05.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	35.953	22.925
2.01.05.02.06	Arrendamentos a Pagar	89.944	0
2.01.05.02.07	Programa de Refinanciamento Fiscal	62.935	86.154
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	549.058	505.784
2.01.06	Provisões	259.814	429.075
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	259.814	429.075
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	6.728	6.728
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	98.906	82.597
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	154.180	339.750
2.02	Passivo Não Circulante	20.673.295	27.460.885
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.518.808	9.297.642
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.518.808	9.297.642
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.306.093	3.184.085
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.212.715	6.113.557
2.02.02	Outras Obrigações	8.721.462	15.481.729
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	470.410	377.184
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	470.410	377.184
2.02.02.02	Outros	8.251.052	15.104.545
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	919.005	942.845
2.02.02.02.04	Outros Tributos	224.735	222.995
2.02.02.02.05	Arrendamentos a Pagar	530.870	0
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	253.506	267.342
2.02.02.02.07	Provisão para Patrimônio Líquido Negativo	4.099.531	11.434.504
2.02.02.02.08	Demais Obrigações	2.223.405	2.236.859
2.02.04	Provisões	2.433.025	2.681.514
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.433.025	2.681.514

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	78.893	77.142
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	367.899	375.915
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	593.042	579.122
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.393.191	1.649.335
2.03	Patrimônio Líquido	27.204.679	22.652.320
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.038.471
2.03.02	Reservas de Capital	12.564.182	8.729.745
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.805.822	-2.803.250
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.08	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	6.703.309	6.703.309
2.03.02.09	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.10	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.11	"Senior Notes" Reestruturados	0	3.719
2.03.02.12	Outras Reservas de Capital	6.015.600	2.174.872
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-16.961.705	-17.530.108
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-904.435	-519.300
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-32.300	-66.488

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	995.551	1.175.674
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-787.455	-662.530
3.03	Resultado Bruto	208.096	513.144
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.301	2.629.742
3.04.01	Despesas com Vendas	-215.831	-202.159
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-222.472	-222.134
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	887.635	132.284
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-56.773	-81.564
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-435.860	3.003.315
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	164.795	3.142.886
3.06	Resultado Financeiro	429.882	27.315.020
3.06.01	Receitas Financeiras	1.133.369	27.017.412
3.06.02	Despesas Financeiras	-703.487	297.608
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	594.677	30.457.906
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.274	85.449
3.08.01	Corrente	-1.805	-19.304
3.08.02	Diferido	-24.469	104.753
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	568.403	30.543.355
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	568.403	30.543.355
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,1	45,2
3.99.01.02	PN	0,1	45,2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,1	45,2
3.99.02.02	PN	0,1	45,2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	568.403	30.543.355
4.02	Outros Resultados Abrangentes	34.188	-11.476
4.02.01	Ganho de Contabilidade de "hedge"	11.564	0
4.02.02	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	22.624	-11.476
4.03	Resultado Abrangente do Período	602.591	30.531.879

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.224.461	16.220
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	155.759	1.002.610
6.01.01.01	Lucro antes das Tributações	594.677	30.457.906
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	67.114	-6.717.849
6.01.01.03	Ajuste a Valor Justo de Empréstimos e Financiamentos	291.411	-20.379.185
6.01.01.04	Ajuste a Valor Presente de Outros Passivos	18.488	0
6.01.01.05	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	-59.799	0
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	443.128	261.032
6.01.01.07	Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	41.432	33.911
6.01.01.08	Provisões/(Reversões)	18.000	34.929
6.01.01.09	Provisão para Fundos de Pensão	53	42
6.01.01.10	Equivalência Patrimonial	435.860	-3.003.315
6.01.01.11	Perda na Baixa de Ativo Permanente	5.631	111.718
6.01.01.12	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	13.028	6.103
6.01.01.13	Recuperação de Tributos	-1.479.741	0
6.01.01.14	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	39.064	29.094
6.01.01.15	Atualização Monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	2.812	4.940
6.01.01.16	Outros	-275.399	163.284
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-754.869	-985.632
6.01.02.01	Contas a Receber	-192.038	-338.960
6.01.02.02	Estoques	6.119	-6.636
6.01.02.03	Tributos	-18.972	28.706
6.01.02.04	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-92.460	-19.251
6.01.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	97.116	18.748
6.01.02.06	Fornecedores	-341.152	-800.865
6.01.02.07	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-12.965	-23.699
6.01.02.08	Provisões	-135.038	-519.017
6.01.02.09	Outras Contas Ativas e Passivas	-65.479	675.342
6.01.03	Outros	-625.351	-758
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-603.211	-758
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-963	0
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-21.177	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-143.839	-162.965
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-237.255	-213.296
6.02.02	Créditos com Partes Relacionadas e Debêntures - Recebimentos	161	0
6.02.03	(Aumento)/Redução de Investimentos Permanentes	3	-3.996
6.02.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-17.264	-174.372
6.02.05	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	100.916	228.699
6.02.06	Aumento de Capital em Controlada	9.600	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.930.724	-17.369
6.03.01	Captções Líquidas de Custos	0	21.696

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.03.02	Recebimento de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	46.684	0
6.03.03	Aumento de Capital	4.000.000	0
6.03.04	Prêmio de Compromisso a Investidores	-49.573	0
6.03.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	-39.867	-39.050
6.03.06	Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	-15
6.03.07	Arrendamento	-23.948	0
6.03.08	Recompra de Ações	-2.572	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	1.057
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.562.424	-163.057
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.669.059	3.875.141
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.231.483	3.712.084

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.466	3.834.437	0	0	0	4.334.903
5.04.01	Aumentos de Capital	500.466	3.837.009	0	0	0	4.337.475
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.572	0	0	0	-2.572
5.04.08	Bônus de Subscrição de Ações	0	-3.719	0	0	0	-3.719
5.04.09	Bônus de Subscrição de Ações	0	3.719	0	0	0	3.719
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	568.403	-350.947	217.456
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	568.403	0	568.403
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-350.947	-350.947
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-385.135	-385.135
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	0	0	0	0	11.564	11.564
5.05.02.08	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	22.624	22.624
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.538.937	12.564.182	0	-16.961.705	-936.735	27.204.679

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	1.212	0	1.212
5.04.08	Incorporação de Controlada	0	0	0	1.212	0	1.212
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.543.355	-11.476	30.531.879
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.543.355	0	30.543.355
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.476	-11.476
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-11.476	-11.476
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	11.624.028	0	282.135	0	11.906.163
5.06.04	Efeitos da Adoção Inicial dos IFRS 9 e 15	0	0	0	282.135	0	282.135
5.06.05	Efeitos da Reestruturação de "Senior Notes" conforme Plano de Recuperação Judicial	0	11.624.028	0	0	0	11.624.028
5.07	Saldos Finais	21.438.374	19.335.310	0	-11.509.223	-631.187	28.633.274

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	2.159.602	1.676.160
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.313.035	1.579.129
7.01.02	Outras Receitas	887.999	130.942
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-41.432	-33.911
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-599.980	-604.291
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-30.584	-45.909
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-553.493	-547.859
7.02.04	Outros	-15.903	-10.523
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.559.622	1.071.869
7.04	Retenções	-511.911	-336.368
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-443.128	-261.032
7.04.02	Outras	-68.783	-75.336
7.04.02.01	Provisões/Reversões	-57.064	-64.023
7.04.02.02	Outras Despesas	-11.719	-11.313
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.047.711	735.501
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	697.509	30.020.727
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-435.860	3.003.315
7.06.02	Receitas Financeiras	1.133.369	27.017.412
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.745.220	30.756.228
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.745.220	30.756.228
7.08.01	Pessoal	81.717	83.689
7.08.01.01	Remuneração Direta	55.099	58.519
7.08.01.02	Benefícios	18.634	18.117
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.252	5.163
7.08.01.04	Outros	1.732	1.890
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	259.266	140.375
7.08.02.01	Federais	-943	-210.054
7.08.02.02	Estaduais	256.839	346.321
7.08.02.03	Municipais	3.370	4.108
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	835.834	-11.191
7.08.03.01	Juros	718.837	-168.336
7.08.03.02	Aluguéis	116.997	157.145
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	568.403	30.543.355
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	568.403	30.543.355

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	77.790.180	65.437.797
1.01	Ativo Circulante	24.059.282	21.313.484
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.029.760	4.385.329
1.01.02	Aplicações Financeiras	199.354	201.975
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	199.354	201.975
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	199.354	201.975
1.01.03	Contas a Receber	6.632.527	6.516.555
1.01.03.01	Clientes	6.632.527	6.516.555
1.01.04	Estoques	299.575	317.503
1.01.06	Tributos a Recuperar	611.113	621.246
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	611.113	621.246
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.222.236	743.953
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.064.717	8.526.923
1.01.08.03	Outros	9.064.717	8.526.923
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	23.198	0
1.01.08.03.02	Outros Tributos	1.716.654	803.252
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.534.585	1.715.934
1.01.08.03.04	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	3.595	4.880
1.01.08.03.05	Ativos Mantidos para Venda	4.812.585	4.923.187
1.01.08.03.06	Demais Ativos	974.100	1.079.670
1.02	Ativo Não Circulante	53.730.898	44.124.313
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.941.877	8.632.464
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	37.497	36.987
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	37.497	36.987
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.456	23.050
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.456	23.050
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	543.708	522.550
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.335.216	8.049.877
1.02.01.09.03	Outros Tributos	1.887.132	715.976
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	7.131.369	7.018.786
1.02.01.09.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	65.779	64.253
1.02.01.09.06	Demais Ativos	250.936	250.862
1.02.02	Investimentos	118.287	117.840
1.02.02.01	Participações Societárias	118.287	117.840
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	45.293	44.124
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	72.994	73.716
1.02.03	Imobilizado	36.928.921	28.425.563
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.488.176	25.073.950
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.440.745	3.351.613
1.02.04	Intangível	6.741.813	6.948.446
1.02.04.01	Intangíveis	6.741.813	6.948.446
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	5.636.552	5.850.907
1.02.04.01.03	Software	864.707	865.233
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	14.417	27.195
1.02.04.01.05	Outros	226.137	205.111

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	77.790.180	65.437.797
2.01	Passivo Circulante	12.012.326	10.689.459
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	910.411	906.655
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	910.411	906.655
2.01.02	Fornecedores	5.640.782	5.225.862
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.640.782	5.225.862
2.01.02.01.01	Fornecedores	5.216.927	5.024.260
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	423.855	201.602
2.01.03	Obrigações Fiscais	50.709	27.026
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	50.709	27.026
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	50.709	27.026
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	129.213	672.894
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	129.213	672.894
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.140	13.124
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	116.073	659.770
2.01.05	Outras Obrigações	4.747.397	3.176.480
2.01.05.02	Outros	4.747.397	3.176.480
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.158	6.168
2.01.05.02.04	Autorizações e Concessões a Pagar	120.343	85.619
2.01.05.02.05	Arrendamentos a Pagar	1.421.756	0
2.01.05.02.06	Outros Tributos	1.362.775	1.033.868
2.01.05.02.07	Programa de Refinanciamento Fiscal	98.834	142.036
2.01.05.02.08	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	471.651	526.870
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	1.265.880	1.381.919
2.01.06	Provisões	533.814	680.542
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	533.814	680.542
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	22.233	14.925
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	196.214	174.694
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	315.367	490.923
2.02	Passivo Não Circulante	38.347.761	31.852.527
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.255.780	15.777.012
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	16.255.780	15.777.012
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	7.881.116	7.620.016
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.374.664	8.156.996
2.02.02	Outras Obrigações	17.417.894	11.138.215
2.02.02.02	Outros	17.417.894	11.138.215
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	3.238.572	3.593.008
2.02.02.02.04	Outros Tributos	633.922	628.716
2.02.02.02.05	Arrendamentos a Pagar	6.674.646	0
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	392.361	411.170
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	6.478.393	6.505.321
2.02.04	Provisões	4.674.087	4.937.300
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.674.087	4.937.300
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	657.145	635.158
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.220.211	1.282.487

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	593.042	579.122
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.203.689	2.440.533
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	27.430.093	22.895.811
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.038.471
2.03.02	Reservas de Capital	12.564.182	8.729.745
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.805.822	-2.803.250
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimentos	123.558	123.558
2.03.02.08	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	6.703.309	6.703.309
2.03.02.09	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.10	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.11	"Senior Notes" Reestruturados	0	3.719
2.03.02.12	Outras Reservas de Capital	6.015.600	2.174.872
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-16.961.705	-17.530.108
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-904.435	-519.300
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-32.300	-66.488
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	225.414	243.491

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.130.036	5.668.290
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.746.620	-3.738.385
3.03	Resultado Bruto	1.383.416	1.929.905
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-458.467	-1.626.446
3.04.01	Despesas com Vendas	-928.765	-948.141
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-690.411	-671.349
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.543.992	401.656
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-382.658	-404.441
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-625	-4.171
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	924.949	303.459
3.06	Resultado Financeiro	-201.730	30.179.381
3.06.01	Receitas Financeiras	1.350.780	28.676.762
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.552.510	1.502.619
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	723.219	30.482.840
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.456	43.566
3.08.01	Corrente	-22.393	143.073
3.08.02	Diferido	-22.063	-99.507
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	678.763	30.526.406
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	678.763	30.526.406
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	568.403	30.543.355
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	110.360	-16.949
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,1	45,2
3.99.01.02	PN	0,1	45,2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,1	45,2
3.99.02.02	PN	0,1	45,2

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	678.763	30.526.406
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-94.249	-13.232
4.02.01	Ganho de Contabilidade de "hedge"	11.564	0
4.02.02	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	-105.813	-13.232
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	584.514	30.513.174
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	602.591	30.531.879
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-18.077	-18.705

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-497.499	814.500
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.379.390	2.875.111
6.01.01.01	Lucro antes das Tributações	723.219	30.482.840
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	433.911	-16.528.934
6.01.01.03	Ajuste a Valor Justo de Empréstimos e Financiamentos	211.792	-13.304.120
6.01.01.04	Ajuste a Valor Presente de Outros Passivos	237.094	0
6.01.01.05	Operação com Instrumentos Financeiros Derivativos	-59.799	0
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	1.689.676	1.268.458
6.01.01.07	Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	136.977	202.591
6.01.01.08	Provisões/(Reversões)	59.391	91.721
6.01.01.09	Provisão para Fundos de Pensão	64	68
6.01.01.10	Equivalência Patrimonial	625	4.171
6.01.01.11	Perda na Baixa de Ativo Permanente	38.169	392.226
6.01.01.12	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	34.640	19.058
6.01.01.13	Participação de Empregados e Administradores	13.255	12.824
6.01.01.14	Recuperação de Tributos	-2.023.644	0
6.01.01.15	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	97.251	118.975
6.01.01.16	Atualização Monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	5.117	7.025
6.01.01.17	Outros	-218.348	108.208
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.180.025	-1.630.986
6.01.02.01	Contas a Receber	-253.114	-693.480
6.01.02.02	Estoques	18.595	38.563
6.01.02.03	Tributos	218.552	627.683
6.01.02.04	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-208.404	-444.353
6.01.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	216.959	433.874
6.01.02.06	Fornecedores	-214.171	-1.511.601
6.01.02.07	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-9.465	-81.836
6.01.02.08	Provisões	-185.154	-1.992.408
6.01.02.09	Variação de Ativos e Passivos Mantidos para Venda	-202.356	83.746
6.01.02.10	Outras Contas Ativas e Passivas	-561.467	1.908.826
6.01.03	Outros	-696.864	-429.625
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-604.195	-2.220
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-21.035	-365.445
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-71.634	-61.960
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.408.675	-1.431.396
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-1.491.919	-1.514.701
6.02.02	(Aumento)/Redução de Investimentos Permanentes	-375	15.423
6.02.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-80.050	-288.023
6.02.04	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	163.669	355.905
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.550.605	-175.551
6.03.01	Captações Líquidas de Custos	0	53.086
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos e Derivativos	0	-161.884

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.03.03	Recebimento de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	46.684	0
6.03.04	Aumento de Capital	4.000.000	0
6.03.05	Prêmio de Compromisso a Investidores	-49.573	0
6.03.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	-67.128	-66.753
6.03.07	Arrendamento	-376.806	0
6.03.08	Recompra de Ações	-2.572	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	3.011
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.644.431	-789.436
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.385.329	6.862.684
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.029.760	6.073.248

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320	243.491	22.895.811
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320	243.491	22.895.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.466	3.834.437	0	0	0	4.334.903	0	4.334.903
5.04.01	Aumentos de Capital	500.466	3.837.009	0	0	0	4.337.475	0	4.337.475
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.572	0	0	0	-2.572	0	-2.572
5.04.08	Bônus de Subscrição de Ações	0	-3.719	0	0	0	-3.719	0	-3.719
5.04.09	Bônus de Subscrição de Ações	0	3.719	0	0	0	3.719	0	3.719
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	568.403	-350.947	217.456	-18.077	199.379
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	568.403	0	568.403	110.360	678.763
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-350.947	-350.947	-128.437	-479.384
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-385.135	-385.135	0	-385.135
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	0	0	0	0	11.564	11.564	0	11.564
5.05.02.08	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	22.624	22.624	-128.437	-105.813
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.538.937	12.564.182	0	-16.961.705	-936.735	27.204.679	225.414	27.430.093

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980	293.457	-13.512.523
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980	293.457	-13.512.523
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	1.212	0	1.212	0	1.212
5.04.08	Incorporação de Controlada	0	0	0	1.212	0	1.212	0	1.212
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.543.355	-11.476	30.531.879	-18.705	30.513.174
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.543.355	0	30.543.355	-16.949	30.526.406
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-11.476	-11.476	-1.756	-13.232
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-11.476	-11.476	-1.756	-13.232
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	11.624.028	0	282.135	0	11.906.163	0	11.906.163
5.06.04	Efeitos da Adoção Inicial dos IFRS 9 e 15	0	0	0	282.135	0	282.135	0	282.135
5.06.05	Efeitos da Reestruturação de "Senior Notes" conforme Plano de Recuperação Judicial	0	11.624.028	0	0	0	11.624.028	0	11.624.028
5.07	Saldos Finais	21.438.374	19.335.310	0	-11.509.223	-631.187	28.633.274	274.752	28.908.026

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	8.026.742	7.659.096
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.628.782	7.461.317
7.01.02	Outras Receitas	1.534.937	400.370
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-136.977	-202.591
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.565.243	-2.524.266
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-193.061	-238.686
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.197.898	-2.113.555
7.02.04	Outros	-174.284	-172.025
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.461.499	5.134.830
7.04	Retenções	-1.891.510	-1.518.027
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.689.676	-1.268.458
7.04.02	Outras	-201.834	-249.569
7.04.02.01	Provisões/Reversões	-156.642	-210.696
7.04.02.02	Outras Despesas	-45.192	-38.873
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.569.989	3.616.803
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.350.155	28.672.591
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-625	-4.171
7.06.02	Receitas Financeiras	1.350.780	28.676.762
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.920.144	32.289.394
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.920.144	32.289.394
7.08.01	Pessoal	535.661	539.285
7.08.01.01	Remuneração Direta	370.993	384.326
7.08.01.02	Benefícios	116.865	105.972
7.08.01.03	F.G.T.S.	34.540	33.415
7.08.01.04	Outros	13.263	15.572
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.521.834	1.615.350
7.08.02.01	Federais	267.886	81.665
7.08.02.02	Estaduais	1.182.975	1.469.202
7.08.02.03	Municipais	70.973	64.483
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.183.886	-391.647
7.08.03.01	Juros	1.521.230	-1.420.979
7.08.03.02	Aluguéis	662.656	1.029.332
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	678.763	30.526.406
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	568.403	30.543.355
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	110.360	-16.949

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO TRIMESTRAL 1T19





Comentário do Desempenho

DESTAQUES ITR

Divulgação de Resultados

13 de maio de 2019

Teleconferência em Inglês

14 de maio de 2019

10:00h (Brasília)/09:00h (NY) / 13:00h (UK)

Webcast: [clique aqui](#)

Telefone: +1 646 843 6054 (US)/

+55 (11) 2188-0155 (Outros)/ Senha: Oi

Replay disponível até 20/05/2019:

+55 (11) 2188-0400

Senha do Replay: Oi

Teleconferência em Português

14 de maio de 2019

10:00h (Brasília)

09:00h (NY) / 13:00h (UK)

Webcast: [clique aqui](#)

Telefone: +55 (11) 2188-0155

Senha: Oi

Replay disponível até 20/05/2019:

+55 (11) 2188-0400

Senha do Replay: Oi

TRADUÇÃO
SIMULTÂNEA

Informações e Resultados Consolidados [Não Auditados]

Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial [“Oi S.A.” ou “Oi” ou “Companhia”] – e de suas subsidiárias no primeiro trimestre de 2019.





DESTAQUES 1T19 DAS OPERAÇÕES BRASILEIRAS

- 30% DE MARKET SHARE DE NET ADDS DE PÓS + CONTROLE NO 1T19
 - Crescimento da atividade comercial aliada à migração da base de pré-pago, contribuíram para o forte desempenho no crescimento da base de pós-pago nos últimos trimestres.
- 9,3% DE CRESCIMENTO ANUAL DE RECEITA DE CLIENTES PÓS PAGO + CONTROLE
 - Crescimento de base contribuiu para o forte crescimento da receita de pós + controle.
- 1,7 MILHÃO DE HOMES PASSED DE FIBER TO THE HOME (FTTH) AO FINAL DE MARÇO
 - Crescimento de 480 mil HP's no 1T19. Apenas no mês de março, a Companhia construiu aproximadamente 174 mil HP's.
- 11,2% DE OCUPAÇÃO DAS CASAS PASSADAS NAS REGIÕES DE REUSO
 - Após 7 meses do início da implantação de fibra pela abordagem de reuso, a taxa de ocupação mensal está em 1,4%, bem superior ao benchmark de mercado, que é em torno de 1% ao mês.
- 1º LUGAR NO ÍNDICE ISP DA NETFLIX DE ABRIL
 - Pelo terceiro mês consecutivo, a Oi Fibra ficou em 1º lugar na velocidade de banda larga medida pela Netflix, aumentando a diferença para o segundo colocado.

Comentário do Desempenho

DESTAQUES 1T19



Sumário

Tabela 1 – Destaques

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
OI S.A. Consolidado					
Receita Líquida Total	5.130	5.668	5.365	-9,5%	-4,4%
EBITDA de Rotina	1.251	1.572	1.257	-20,4%	-0,5%
Margem EBITDA de Rotina (%)	24,4%	27,7%	23,4%	-3,4 p.p.	0,9 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido atribuído aos acionistas controladores	568	30.543	-3.359	-98,1%	n.m.
Dívida Líquida	10.107	7.309	11.826	38,3%	-14,5%
Caixa Disponível	6.267	6.225	4.624	0,7%	35,5%
CAPEX	1.725	1.127	2.091	53,0%	-17,5%

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
BRASIL					
Unidades Geradoras de Receita (Mil)	56.623	59.212	57.147	-4,4%	-0,9%
Residencial	14.336	15.599	14.746	-8,1%	-2,8%
Mobilidade Pessoal	34.894	36.434	35.033	-4,2%	-0,4%
B2B	6.774	6.539	6.727	3,6%	0,7%
Telefones públicos	619	640	640	-3,3%	-3,3%
Receita Líquida Total	5.086	5.622	5.317	-9,5%	-4,3%
Receita Líquida de Serviços ⁽¹⁾	5.038	5.575	5.253	-9,6%	-4,1%
Residencial	1.880	2.201	2.003	-14,6%	-6,1%
Mobilidade Pessoal	1.699	1.768	1.766	-3,9%	-3,8%
Clientes	1.624	1.635	1.664	-0,7%	-2,4%
B2B	1.417	1.548	1.432	-8,4%	-1,1%
Receita Líquida de Clientes ⁽²⁾	4.919	5.374	5.083	-8,5%	-3,2%
EBITDA de Rotina	1.239	1.567	1.287	-20,9%	-3,8%
Margem EBITDA de Rotina (%)	24,4%	27,9%	24,2%	-3,5 p.p.	0,2 p.p.
CAPEX	1.718	1.124	2.085	52,8%	-17,6%
EBITDA de Rotina - CAPEX	-479	442	-798	-208,3%	-40,0%

(1) Exclui receita de aparelhos.

(2) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

Comentário do Desempenho**DESTAQUES ITR****IFRS 16 - Arrendamentos**

No período findo 31 de março de 2019, a Companhia adotou as normas IFRS 16, que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial.

Para fins de comparabilidade com os períodos anteriores, excluimos os efeitos desta norma nas seções deste documento e destacamos ao final todos os efeitos da adoção da norma do IFRS 16, conforme Tabelas 17 e 18.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



Receita Líquida

Tabela 2 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	Trimestre					Composição %	
	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.	1T19	1T18
Receita Líquida Total Consolidada	5.130	5.668	5.365	-9,5%	-4,4%	100%	100%
Brasil	5.086	5.622	5.317	-9,5%	-4,3%	99,1%	99,2%
Residencial	1.880	2.201	2.003	-14,6%	-6,1%	36,7%	38,8%
Mobilidade Pessoal	1.745	1.815	1.829	-3,9%	-4,6%	34,0%	32,0%
Serviços	1.699	1.768	1.766	-3,9%	-3,8%	33,1%	31,2%
Clientes	1.624	1.635	1.664	-0,7%	-2,4%	31,7%	28,9%
Uso de Rede	75	133	103	-43,8%	-27,3%	1,5%	2,3%
Material de Revenda	46	47	62	-1,4%	-25,7%	0,9%	0,8%
B2B	1.418	1.547	1.434	-8,4%	-1,1%	27,6%	27,3%
Outros serviços	42	58	52	-27,3%	-18,0%	0,8%	1,0%
Operações Internacionais	44	46	48	-4,6%	-8,1%	0,9%	0,8%
Brasil							
Receita Líquida de Serviços	5.038	5.575	5.253	-9,6%	-4,1%	98,2%	98,4%
Receita Líquida de Clientes	4.919	5.374	5.083	-8,5%	-3,2%	95,9%	94,8%

No 1T19, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 5.130 milhões, queda de 9,5% em relação ao 1T18 e de 4,4% em relação ao trimestre anterior. No trimestre, a receita líquida das operações brasileiras ("Brasil") totalizou R\$ 5.086 milhões [-9,5% em comparação com o 1T18 e -4,3% em relação ao 4T18] e a receita líquida das operações internacionais [África e Timor Leste] foi de R\$ 44 milhões, queda de 4,6% em relação ao 1T18 e 8,1% em relação ao trimestre passado.

BRASIL

A receita líquida das operações brasileiras totalizou R\$ 5.086 milhões, redução de 9,5% na comparação com o 1T18 e de 4,4% na comparação trimestral. A intensidade do cenário competitivo no residencial, a menor quantidade de dias úteis no primeiro trimestre do ano e ainda a fraca atividade econômica, com impacto principalmente no pré-pago e no segmento corporativo, são os principais fatores que justificam a queda nas receitas.

Os três segmentos (Residencial, Mobilidade Pessoal e B2B) continuam sendo impactados pela queda do tráfego de voz. Por outro lado, a receita de dados do segmento de Mobilidade Pessoal e a receita de Fibra do Residencial seguem crescendo, compensando parcialmente essa queda.

A receita líquida total de serviços, que exclui a receita de venda de aparelhos, totalizou R\$ 5.038 milhões no 1T19, -9,6% em comparação ao 1T18 e -4,1% em comparação ao 4T18, enquanto a receita líquida total de clientes, que exclui a receita de venda de aparelhos e a receita de uso de rede, totalizou R\$ 4.919 milhões no período, -8,5% versus o 1T18 e -3,2% versus o 4T18.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



Residencial

Tabela 3 – Receita Líquida, UGRs e ARPU do segmento Residencial

	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
Residencial					
Receita Líquida (R\$ Milhões)	1.880	2.201	2.003	-14,6%	-6,1%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	14.336	15.599	14.746	-8,1%	-2,8%
Linhas fixas em serviço	8.004	9.001	8.276	-11,1%	-3,3%
Banda Larga Fixa	4.759	5.085	4.883	-6,4%	-2,5%
TV Paga	1.574	1.514	1.587	4,0%	-0,8%
ARPU - Residencial (R\$)	77,5	80,8	79,6	-4,0%	-2,6%

A receita líquida do segmento Residencial totalizou R\$ 1.880 milhões no 1T19, apresentando uma queda de 14,6% em relação ao 1T18. Na comparação trimestral, a receita do segmento reduziu 6,1% versus 4T18. A queda da receita líquida é devida, principalmente, à redução do mercado de voz fixa, ainda muito representativo no portfólio do segmento, e da banda larga de cobre, que vem sofrendo grande concorrência de provedores regionais. Dessa forma, o Plano de Expansão da Fibra se torna fundamental para o futuro da companhia.

Diante deste cenário de queda no residencial, no 1T19, a Companhia acelerou ainda mais os investimentos em fibra, para levar banda larga de altíssima velocidade até a casa do cliente e oferecer uma melhor experiência, dando sequência à estratégia estruturante para rentabilizar o segmento. Este projeto utiliza uma abordagem inovadora chamada de “Reuso de Rede”, alavancando a robustez da rede de transporte e a capilaridade da rede de fibra metropolitana existentes, para expansão da disponibilidade de Fiber-to-the-home (FTTH) com mais agilidade, a um custo, em média, 30% menor que a abordagem tradicional e de forma mais eficiente comercialmente, atendendo o crescimento da demanda de mercado.

A Companhia registrou 14.336 mil UGRs no segmento Residencial ao final do 1T19, queda anual de 8,1% em comparação ao 1T18 e de 2,8% em relação ao 4T18, devido principalmente à redução da base de telefonia fixa, seguindo a tendência natural do mercado de redução do uso de voz, e da base de banda larga cobre.

ARPU Residencial

O ARPU do segmento Residencial foi de R\$ 77,5 no 1T19, queda anual de -4,0% e de -2,6% na comparação trimestral. A queda no ARPU foi causada, principalmente pelo ARPU da fixa e da banda larga.

Fixo

A Oi encerrou o 1T19 com 8.004 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial, redução de 11,1% comparada ao 1T18 e de 3,3% comparada ao 4T18. Essa queda reflete a continuidade da tendência de retração da demanda por voz na telefonia fixa e a sua crescente substituição pela telefonia móvel, mais especificamente, por dados. Como consequência, o ARPU do fixo, considerando a interconexão, caiu 11,4% em relação ao ano anterior.

A estratégia da Companhia tem sido focar cada vez mais em ofertas convergentes e de maior rentabilização, como também em fidelizar a base de clientes, reduzindo as taxas de *churn* do segmento. No trimestre, o

**Comentário do Desempenho****RESULTADOS OPERACIONAIS**

número de clientes que possuíam mais de um produto da Oi em suas residências cresceu 1,2 p.p em relação ao 1T18 permanecendo em linha na comparação com o 4T18.

Banda Larga

A Companhia registrou 4.759 mil UGRs de banda larga fixa no segmento Residencial ao final do 1T19, apresentando uma queda de 6,4% versus o ano passado e de 2,5% versus 4T18. A acirrada competição com os *players* regionais, que atuam na oferta de serviços de banda larga em pequenas cidades, fora dos grandes centros urbanos, continua a ser o principal ofensor ao crescimento do produto.

A maior parte da base atual de banda larga da companhia é formada por acessos via cobre [VDSL e ADSL]. Como estratégia, a Companhia continua a intensificar a atividade comercial com abordagem regionalizada e adotando medidas pontuais para adequar as ofertas para cada tipo de mercado consumidor, ao mesmo tempo em que acelera a expansão e migração dos clientes para a fibra, principal alavanca para a retomada do crescimento, com base no diferencial de infraestrutura da Oi, reposicionando a companhia.

FIBRA

No 1T19, a Companhia acelerou os investimentos em fibra por meio da abordagem de “Reuso”. Em março de 2019, atingimos 1,7 milhão de casas passadas com fibra [Homes Passed – HP’s]. Dessas, aproximadamente 480 mil Homes Passed foram construídas dentro do primeiro trimestre do ano. A companhia está operando, atualmente, com capacidade para construir mais de 200 mil Homes Passed por mês.

Encerramos o primeiro trimestre de 2019 com aproximadamente 145 mil casas conectadas [Homes Connected – HC’c] à Fibra, com uma taxa de ocupação de 8,7%. Analisando a ocupação apenas sobre a base de Homes Passed via abordagem de reuso, a taxa é de 11,2% em 7 meses, desde o primeiro lançamento, o que dá uma taxa média mensal de ocupação de 1,4% ao mês, superior à taxa de benchmark de mercado, que é de 1,0% ao mês. Ao final do primeiro trimestre o Oi Fibra já estava presente em 38 municípios.

Adicionalmente, com a estratégia de aceleração da venda de FTTH, a Oi passou a comercializar também o IPTV na fibra.

TV Paga

A base de TV paga do Residencial apresentou um aumento de 4,0% em relação ao mesmo período em 2018 e uma ligeira queda [-0,8%] quando comparada ao trimestre anterior, atingindo 1.574 mil UGRs.

As adições líquidas [*net adds*] de TV paga totalizaram 60 mil UGRs em relação ao 1T18 e 13 mil UGRs desconectadas na comparação com o 4T18. A penetração da TV paga em residências com telefonia fixa alcançou 19,7% no trimestre, um crescimento anual de 2,8 p.p. e sequencial de 0,5 p.p. No trimestre, o ARPU do produto caiu 1,1% em relação ao 4T18.

O Oi TV é um produto fundamental na estratégia de convergência do segmento Residencial e vem contribuindo diretamente para a expansão das vendas do Oi Total. É um produto diferenciado que oferece um amplo leque de conteúdo, com canais HD [incluindo canais abertos] em todos os planos, sendo que a oferta mais completa inclui 186 canais, com 64 em HD. Também oferece serviços como o PenVR [serviço de gravação de conteúdos e live/pause via pen drive disponível para contratação em qualquer plano] e iPPV [compra de eventos Pay Per View pelo controle remoto]. Além disso, a Oi também disponibiliza o serviço de TV Everywhere, que contempla

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



a plataforma virtual “Oi Play”, reforçando o posicionamento da Oi em oferecer uma melhor experiência e maior autonomia aos seus clientes por meio da digitalização dos serviços.

Mobilidade Pessoal

Tabela 4 – Receita Líquida e UGRs do segmento Mobilidade Pessoal

	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
Mobilidade Pessoal					
Receita Líquida (R\$ Milhões)	1.745	1.815	1.829	-3,9%	-4,6%
Serviços	1.699	1.768	1.766	-3,9%	-3,8%
Clientes ⁽¹⁾	1.624	1.635	1.664	-0,7%	-2,4%
Uso de Rede	75	133	103	-43,8%	-27,3%
Material de Revenda	46	47	62	-1,4%	-25,7%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	34.894	36.434	35.033	-4,2%	-0,4%
Pré-Pago	26.780	29.660	27.293	-9,7%	-1,9%
Pós-Pago ⁽²⁾	8.114	6.774	7.741	19,8%	4,8%

(1) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

(2) Inclui: pós-pago, controle, serviços móveis convergentes e 3G (mini-modem).

A receita líquida de Mobilidade Pessoal totalizou R\$ 1.745 milhões no 1T19, uma queda de 3,9% em relação ao 1T18 e de 4,6% em comparação ao 4T18. Na comparação anual o principal impacto é a redução da tarifa de interconexão e o encolhimento do segmento pré-pago. Na comparação trimestral, o principal impacto é de sazonalidade, uma vez que o primeiro trimestre do ano possui menos dias úteis, afetando diretamente o volume de recargas do pré-pago.

Como citado acima, o pré-pago, que representa aproximadamente 50% da receita de mobilidade, segue a tendência de retração do mercado, impactado não só pelas altas taxas de desemprego, mas pelo processo de migração de voz para dados e das reduções nos últimos anos da tarifa de interconexão VUM, que vem promovendo a consolidação dos chips no mercado, eliminando a necessidade de um chip para cada operadora. Por outro lado, esse movimento observado no pré-pago beneficia o pós-pago, com a migração de clientes para ofertas mais atraentes, em especial nos planos controle. Com isso, crescemos nossa base de clientes pós em 1.339 mil usuários, equilibrando o mix de receitas entre Pós + Controle e Pré, com tendências de crescimento da participação do Pós + Controle.

Este desempenho positivo dos produtos pós-pagos é resultado da estratégia de conversão dos clientes de pré-pago em controle, combinada com o novo portfólio de ofertas da Oi, mais simples e alinhado à tendência do mercado de migração de serviços de voz para dados. O lançamento do novo portfólio foi possível devido ao aumento de investimentos em cobertura 4G e 4,5G, que proporcionam aumento de capacidade de tráfego na rede, com melhor performance de uso e, consequentemente, melhoria substancial da experiência do cliente.

A receita de clientes, que exclui interconexão e aparelhos, totalizou R\$ 1.624 milhões no 1T19, em linha com o ano anterior [-0,7%] e 2,4% menor que no 4T18. No mesmo período, a receita de dados totalizou R\$1.351

**Comentário do Desempenho****RESULTADOS OPERACIONAIS**

milhões, crescimento anual de 30,7% e de 0,8% em relação ao trimestre anterior, atingindo 83,2% do total da receita de clientes no trimestre [contra 63,3% no 1T18].

Já a receita de uso de rede somou R\$ 75 milhões, uma queda de 43,8% na comparação com mesmo período de 2018 e 27,3% na comparação trimestral. A comparação anual é impactada pela redução das tarifas de VUM. Em fevereiro de 2019, as tarifas reduziram para R\$ 0,01379, R\$ 0,01471 e R\$ 0,02517 nas Regiões I, II e III, respectivamente. Em relação às vendas de aparelhos, a receita totalizou R\$ 46 milhões, 1 milhão menor que no ano anterior.

A Oi encerrou o 1T19 com 34.894 mil UGRs em Mobilidade Pessoal, queda de 4,2% em relação ao 1T18. Na análise sequencial, permaneceu em linha [-0,4%]. De 1.540 mil desconexões líquidas no 1T19 versus 1T18, 2.879 mil desconexões líquidas foram no pré-pago e 1.339 mil adições líquidas no pós-pago. Comparando com o trimestre anterior, o pré-pago apresentou redução de 9,7% em adições líquidas enquanto o pós-pago cresceu 19,8%.

A base total de clientes móveis da Oi [Mobilidade Pessoal + B2B] totalizou 37.659 mil UGRs no 1T19. Desses, 34.894 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 2.765 mil no segmento B2B. No trimestre, as adições brutas totais de clientes móveis da Oi totalizaram 4,3 milhões [0,9% maior que 1T18] e as desconexões líquidas foram de 44 mil comparadas ao trimestre anterior.

Pré-pago

O segmento pré-pago apresentou 26.780 mil UGRs no 1T19, redução de 9,7% em relação ao mesmo período de 2018, em função (i) da política de desconexão de clientes inativos; (ii) da migração de clientes de pré-pago para pós-pago e controle; (iii) da tendência de consolidação de chips no mercado. O total de recargas [pré + controle] apresentou queda de 5,6% em relação ao 1T18 e de 7,6% comparado ao 4T18. Já o número de inseridores diminuiu em 6,2%, comparado ao 4T18 e 11,1% na comparação com 1T18. As duas principais razões para essas reduções, como já citado, foram: (i) encolhimento do mercado de pré-pago como um todo e (ii) alta taxa de desemprego, que tem efeito direto na receita do segmento. Dessa forma, o impacto na receita, incluindo longa distância, foi de - 8,9% na comparação anual. Assim, o ARPU do pré-pago caiu 1% em relação ao 1T18 e 6,6% em relação ao 4T18.

Pós-pago

A Oi encerrou o 1T19 com 8.114 mil UGRs no pós-pago + controle, crescimento de 19,8% na base comparado ao mesmo período de 2018 e 4,8% na comparação trimestral, reflexo das estratégias de migração do cliente de pré-pago para pós e controle e de ofertas mais competitivas. As adições brutas cresceram 52,8% no ano e 2,8% entre um trimestre e outro, resultando em *net adds* de 1.339 mil UGRs no ano e 373 mil UGRs no trimestre. O *market share* de *net adds* acelerou o ritmo de crescimento e atingiu 30% no 1T19. Com isso, o segmento já representa 23,3% da base total de Mobilidade Pessoal, com tendência de crescimento para os próximos trimestres.

Os resultados positivos nos físicos são percebidos em termos de receita, que incluindo longa distância, cresceu 9,3% contra o 1T18 e 4,7% em relação ao 4T18. A simplificação e inovação das novas ofertas, intensificação comercial, estratégia de ofertas regionalizadas e o *refarming* da faixa de frequência de 1.8Ghz para o 4G e 4,5G foram os principais fatores que possibilitaram esses resultados no pós-pago e no controle.



Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

Cobertura 2G, 3G e 4G LTE

A cobertura 2G da Oi está presente em 3.446 municípios [correspondendo a 94% da população urbana do país]. No mesmo período, a cobertura 3G abrangia 1.644 municípios (+1,2% versus 1T18) ou 81,6% da população urbana brasileira.

No trimestre, o acesso 4G LTE alcançou 907 municípios, aumento de 10% em relação ao 1T18, representando 74% da população urbana brasileira, +1 p.p. em relação ao 1T18.

ARPU Móvel

O ARPU móvel da Companhia ficou em R\$ 16,10 no 1T19, valor 1,3% menor que o apresentado no ano passado e 2,4% menor que o do trimestre anterior. Excluindo a receita de VU-M, o ARPU móvel cresceu 1,9% na comparação com 1T18 e ligeira queda de 0,8% na comparação com o trimestre anterior.

B2B

Tabela 5 – Receita Líquida e UGRs do segmento B2B

	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
B2B					
Receita Líquida [R\$ Milhões]	1.418	1.547	1.434	-8,4%	-1,1%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	6.774	6.539	6.727	3,6%	0,7%
Fixa	3.471	3.611	3.514	-3,9%	-1,2%
Banda larga	524	545	530	-4,0%	-1,2%
Móvel ⁽¹⁾	2.765	2.370	2.670	16,7%	3,6%
TV Paga	14	12	14	14,2%	0,3%

(1) Inclui: pós-pago, controle, serviços móveis convergentes e 3G (mini-modem).

A receita líquida do seguimento B2B totalizou R\$ 1.418 milhões, redução de 8,4% em relação a 1T18, devido basicamente à redução do tráfego de voz, que é uma tendência em todo o mercado, e ao corte nas tarifas reguladas de interconexão [VU-M] e de ligações fixo-móvel [VC]. Na comparação com o 4T18, a receita líquida apresentou queda de 1,1%. A fraca atividade econômica no país tem sido também um fator inibidor importante para a recuperação do segmento, uma vez que o mercado como um todo se encontra em retração.

A Companhia seguiu o cenário de crescimento de base de clientes em relação aos trimestres anteriores, encerrando o 1T19 com 6.774 mil UGRs no segmento, um aumento de 3,6% comparado ao 1T18 e em linha [+0,7%] em relação ao 4T18, devido, principalmente ao aumento da base móvel [+16,7% versus 1T18 e +3,6% versus 4T18] e da base de TV paga [+14,2% versus 1T18 e +0,3% versus 4T18]. As adições líquidas no 1T19 totalizaram 235 mil UGRs em relação ao 1T18 e 47 mil UGRs comparado com o 4T18.

O segmento Corporativo apresentou um crescimento anual e sequencial das UGRs. A estratégia da Companhia para reverter a tendência de queda da receita é intensificar a oferta por soluções digitais e de TI, melhorando o mix de receitas e atendendo ao crescimento das demandas por projetos corporativos, diminuindo ou



Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

compensando os impactos da queda da demanda por serviços tradicionais, que é uma tendência do mercado. A Receita líquida de TI cresceu 26,1% comparada ao 1T18 e 24,5% na comparação sequencial.

Em relação às Pequenas e Médias Empresas (PMEs), a Companhia está adotando a estratégia do Corporativo para Médias Empresas e a estratégia do B2C para as Pequenas Empresas, dadas as suas semelhanças de mercado. A Oi está regionalizando as ofertas e intensificando suas ações comerciais em conjunto com a abordagem do “Reuso de Rede” para a oferta de FTTH.

No segmento de Atacado, a estratégia continua sendo de aumentar a participação das receitas não reguladas no total de receitas, visando otimizar a criação de valor com a infraestrutura existente. Para 2019 o segmento ainda busca capturar oportunidades na expansão da fibra e na preparação da rede para o 5G.

Custos e Despesas Operacionais

Tabela 6 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais de Rotina

R\$ Milhões	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
Custos e Despesas Operacionais de Rotina					
Brasil	3.847	4.055	4.030	-5,1%	-4,5%
Pessoal	594	601	710	-1,1%	-16,4%
Interconexão	136	189	161	-28,1%	-16,0%
Serviços de terceiros	1.487	1.410	1.494	5,5%	-0,5%
Serviço de manutenção da rede	275	278	266	-1,2%	3,3%
Custos de aparelhos e outros	48	38	72	25,8%	-33,6%
Publicidade e Propaganda	71	65	143	9,1%	-50,4%
Aluguéis e seguros	1.038	1.028	1.009	0,9%	2,9%
Provisões para contingências	59	92	35	-35,2%	71,2%
Provisão para devedores duvidosos	137	203	131	-32,3%	4,4%
Tributos e outras despesas (receitas)	3	153	8	-98,2%	-67,2%
Operações Internacionais	32	41	78	-21,1%	-58,7%
OPEX de rotina	3.879	4.096	4.108	-5,3%	-5,6%
Efeito IFRS 16	-377	0	0	-	-
OPEX de rotina [Ajustado]	3.503	4.096	4.108	-14,5%	-14,7%

No 1T19, os custos e despesas operacionais consolidados de rotina, que incluem as operações internacionais, totalizaram R\$ 3.879 milhões, 5,3% menor que no mesmo período de 2018 e 5,6% menor que no trimestre anterior.

O Opex de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 3.847 milhões, redução de 5,1% em relação ao 1T18 e 4,5% menor que no 4T18. Considerando a taxa de inflação (IPCA) de 4,58% nos últimos 12 meses, este desempenho significou uma redução real de 9,3% em relação ao 1T18.

**Comentário do Desempenho****RESULTADOS OPERACIONAIS**

É importante ressaltar que as reduções de custos e despesas vêm sendo pautadas em melhoria da eficiência e produtividade, como pode ser comprovado pelas contínuas melhoras dos indicadores operacionais, de qualidade e de transformação digital.

Pessoal

No 1T19, as despesas de pessoal atingiram R\$ 594 milhões, ficando 1,1% menor no comparativo anual e 16,4% menor na comparação sequencial, em função da menor despesa de remuneração variável (remuneração variável relativas ao cumprimento parcial das metas de 2018 no trimestre anterior), salários e encargos e também devido ao ganho de eficiência operacional e aumento na produtividade.

Interconexão

No trimestre, os custos de interconexão das operações brasileiras totalizaram R\$ 136 milhões, apresentando uma queda de 28,1% e 16,0% em comparação ao 1T18 e 4T18, respectivamente. Isso ocorreu, principalmente, devido à queda das tarifas reguladas.

Serviços de Terceiros

Os custos e despesas com serviços de terceiros no Brasil foram R\$ 1.487 milhões, 5,5% maior que no 1T18 e em linha com o 4T18 [-0,5%], o aumento sequencial se deu em função, principalmente, de maior consumo de Energia Elétrica, além do reajuste de tarifas anual, de Aquisição de Conteúdo, pela maior base de usuários de TV e do reajuste dos valores contratuais.

Serviços de Manutenção de Rede

No 1T19, os custos e despesas com serviços de manutenção de rede das operações brasileiras totalizaram R\$ 275 milhões, queda de 1,2% em relação ao 1T18 e aumento 3,3% em relação ao 4T18 devido a renegociações contratuais com fornecedores.

A redução nos custos e despesas com serviços de manutenção da rede é resultado da maior eficiência das operações de campo e dos ganhos de eficiência com a digitalização de processos e atendimento (CO Digital).

Custos de Aparelhos / Outros (CPV)

Os custos de aparelhos das operações brasileiras foram de R\$ 48 milhões, crescimento de 25,8% na comparação com o 1T18 devido à estratégia da companhia no pós-pago, oferecendo mais aparelhos com desconto. Na comparação com o 4T18, redução de 33,6%, devido ao menor volume de *handsets* vendidos.

Publicidade e Propaganda

No trimestre, as despesas com publicidade e propaganda totalizaram R\$ 71 milhões, aumento de 9,1% em comparação ao 1T18, devido ao maior volume de atividade comercial. Em relação ao trimestre anterior, queda de 50,4% ocorreu principalmente devido a maiores gastos com publicidade sazonal referente as ofertas de Black Friday e Natal [Oi Livre Natal, Pré Natal, Pós Black Friday e Banda Larga].

Aluguéis e Seguros



Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

As despesas com aluguéis e seguros nas operações brasileiras foram de R\$ 1.038 milhões no 1T19, ligeira alta frente ao 1T18 (+0,9%) e alta de 2,9% em comparação ao 4T18, em função, principalmente, do aumento dos custos relacionados a direito de passagem e postes, torres e equipamentos e pelo EILD, atenuando pela renegociação de contratos de Satélites.

Provisões para Contingências

No trimestre, as provisões para contingências nas operações brasileiras somaram R\$ 59 milhões, uma redução de 35,2% comparada ao 1T18. A queda é explicada pelo menor volume de entradas na Anatel, nível estratégico e trabalhista e atenuado pelo JEC, fiscal e nível consumidor.

Na comparação com o 4T18, alta de 71,2%, devido ao maior volume de entradas no fiscal, trabalhista, nível consumidor e JEC e atenuado pelo nível estratégico e Anatel.

Provisões para Devedores Duvidosos – PDD

No 1T19, as provisões para devedores duvidosos totalizaram R\$ 137 milhões, queda de 32,3% no ano, devido principalmente à melhora na adimplência no Corporativo. Na comparação sequencial, as provisões para devedores duvidosos subiram 4,4%, devido principalmente à inadimplência no Varejo.

EBITDA

Tabela 7 – EBITDA e Margem EBITDA

	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA de Rotina [R\$ milhões]	1.251	1.572	1.257	-20,4%	-0,5%
Brasil	1.239	1.567	1.287	-20,9%	-3,8%
Operações Internacionais	12	5	-30	121,9%	-139,2%
Margem EBITDA de Rotina [%]	24,4%	27,7%	23,4%	-3,4 p.p.	0,9 p.p.
Brasil	24,4%	27,9%	24,2%	-3,5 p.p.	0,2 p.p.
Operações Internacionais	26,8%	11,5%	-62,8%	15,3 p.p.	89,6 p.p.
Efeito IFRS 16	377	0	0	n.m.	n.m.
EBITDA de Rotina [R\$ milhões] - Ajustado	1.627	1.572	1.257	3,5%	29,5%
Itens Não Rotina [R\$ milhões]	987	0	-5.464	n.m.	n.m.
EBITDA [R\$ milhões]	2.238	1.572	-4.207	42,4%	153,2%
Brasil	2.226	1.567	-4.177	42,1%	153,3%
Operações Internacionais	12	5	-30	121,9%	139,2%
Margem EBITDA [%]	43,6%	27,7%	-78,4%	15,9 p.p.	122,0 p.p.

No 1T19, o EBITDA consolidado de rotina alcançou R\$ 1.251 milhões, queda de 20,4% em relação ao 1T18 e em linha com o 4T18 [0,5%].



Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

O EBITDA de rotina das operações brasileiras atingiu R\$ 1.239 milhões, uma queda de 20,9% em relação ao ano anterior e de 3,8% em relação ao trimestre passado. A margem EBITDA de rotina das operações brasileiras foi de 24,4%, redução de 3,5 p.p em relação a do 1T18 e em linha com a do 4T18 [0,2 p.p.]. O resultado do Ebitda é explicado pela queda nas receitas, principalmente no segmento Residencial, acima da redução de custos feita pela companhia.

O EBITDA de rotina das outras operações internacionais (África e Timor Leste) totalizou R\$ 12 milhões no trimestre, comparado a R\$ 5 milhões no 1T18 e R\$ -30 milhões no 4T18.

Os Itens não rotina totalizaram R\$ 987 milhões e se referem ao reconhecimento do ganho dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março de 2019 [*].

[*] A Companhia e suas controladas mantêm ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional. Em março de 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas em dois dos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS. O terceiro processo ainda se encontra em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Neste sentido, a Companhia registrou em 31 de março de 2019 o montante R\$ 2.024 milhões relativos aos créditos conforme mencionado acima.

Investimentos

Tabela 8 – Investimentos

R\$ Milhões	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
Investimentos					
Brasil	1.718	1.124	2.085	52,8%	-17,6%
Operações Internacionais	7	3	5	159,0%	36,3%
Total	1.725	1.127	2.091	53,0%	-17,5%

Os investimentos [Capex] consolidados da Companhia, considerando as operações internacionais, totalizaram R\$ 1.725 milhões no 1T19, aumento de 53% no comparativo anual e uma desaceleração de 17,5% quando comparado ao 4T18. Quando olhamos as operações brasileiras, o Capex foi de R\$ 1.718 milhões no 1T19, alta de 52,8% em relação ao ano anterior e queda de 17,6% em relação ao último trimestre de 2018, seguindo a estratégia da cia de acelerar projetos em relação a Fibra e Banda Larga Móvel 4,5G.

O crescimento do Capex no 4T18, em especial, reflete a aceleração dos investimentos previstos no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, com foco principal na expansão de FTTH, oferecendo banda larga de alta velocidade, além da expansão da cobertura móvel 4G e 4,5G.



Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

Fluxo de Caixa Operacional (EBITDA de rotina – Capex)

Tabela 9 – Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA de Rotina	1.251	1.572	1.257	-20,4%	-0,5%
Capex	1.725	1.127	2.091	53,0%	-17,5%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA – Capex]	-475	445	-834	-206,7%	-43,1%
Efeito IFRS 16	377	0	0	-	-
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA – Capex] – Ajustado	-98	445	-834	-122,0%	-88,3%

Tabela 10 – Fluxo de Caixa Operacional das Operações Brasileiras

R\$ Milhões	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
Oi S.A.					
EBITDA de Rotina	1.239	1.567	1.287	-20,9%	-3,8%
Capex	1.718	1.124	2.085	52,8%	-17,6%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA – Capex]	-479	442	-798	-208,3%	-40,0%
Efeito IFRS 16	377	0	0	-	-
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA – Capex] – Ajustado	-102	442	-798	-123,1%	-87,2%

No 1T19, o fluxo de caixa operacional consolidado de rotina [EBITDA de rotina menos Capex] foi negativo em R\$ 475 milhões e, nas operações brasileiras, foi negativo em R\$ 479 milhões, devido principalmente à aceleração dos investimentos no período e à receitas menores, que impactaram o Ebitda, conforme mencionado anteriormente na seção de *Investimentos e Receitas*.



Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

Depreciação / Amortização

Tabela 11 – Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
Depreciação e Amortização					
Total	1.463	1.268	1.486	15,3%	-1,6%
Efeito IFRS 16	227	0	0	-	-
Total [Ajustado]	1.690	1.268	1.486	33,2%	13,7%

As despesas com depreciação e amortização da Companhia totalizaram R\$ 1.463 milhões, apresentando um aumento de 15,3% em relação ao 1T18 e redução de 1,6% na comparação com o 4T18.



Comentário do Desempenho

RESULTADOS FINANCEIROS

Resultados Financeiros

Tabela 12 – Resultado Financeiro (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	1T19	1T18	4T18
Oi S.A. Consolidado			
Juros Líquidos (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.)	-300	3.045	-286
Amortização do ajuste a valor justo	-215	-99	-202
Resultado Cambial Líquido (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financiamentos)	-96	-223	235
Outras Receitas / Despesas Financeiras	647	27.457	-663
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	35	30.179	-916
Efeito IFRS 16	-237	0	0
Resultado Financeiro Líquido Consolidado - Ajustado	-202	30.179	-916

No 1T19, o resultado financeiro líquido da Oi totalizou uma despesa de R\$ 35 milhões, em comparação a uma despesa de R\$ 916 milhões no 4T18 e uma receita de R\$ 30.179 milhões no 1T18.

No trimestre, a redução da despesa é explicada, principalmente, pelo impacto positivo em “Outras Receitas/ Despesas Financeiras” da atualização monetária do crédito de PIS/COFINS sobre ICMS no valor de R\$ 1.025 milhões. No comparativo anual, as receitas financeiras líquidas do 1T18 decorrem, principalmente, dos efeitos positivos resultantes da conclusão do processo de Recuperação Judicial da Companhia, a saber, a reversão de juros e IR sobre a dívida, o haircut dos bonds e o ganho de Ajuste a Valor Justo (AVJ).

“Juros Líquidos” não apresentaram grandes variações na comparação sequencial, mas o “Resultado Cambial Líquido”, que contribuiu com receitas de R\$235 milhões no 4T18 em função da valorização do Real vs Dólar de 3,22% no trimestre, representou despesas financeiras de R\$96 milhões no 1T19 devido à desvalorização do Real frente à moeda americana de 0,57% no período.



Comentário do Desempenho

RESULTADOS FINANCEIROS

Lucro [Prejuízo] Líquido

Tabela 13 – Lucro (Prejuízo) Líquido (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	1T19	1T18	4T18	Δ Ano	Δ Tri.
Lucro [Prejuízo] Líquido					
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT)	775	303	-5.694	n.m.	n.m.
Resultado Financeiro	35	30.179	-916	n.m.	-103,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-44	-44	3.267	n.m.	n.m.
Lucro [Prejuízo] Líquido das Operações Continuadas	766	30.526	-3.343	-97,5%	-122,9%
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	0	n.m.	n.m.
Lucro [Prejuízo] Líquido Consolidado	766	30.526	-3.343	-97,5%	-122,9%
Efeito IFRS 16	-87	0	0	-	-
Lucro [Prejuízo] Líquido Consolidado – Ajustado	679	30.526	-3.343	-97,8%	-120,3%
-atribuído aos acionistas controladores	568	30.543	-3.359	-98,1%	-116,9%
-atribuído aos acionistas não controladores	110	-17	15	n.m.	614,3%

No 1T19, o resultado operacional da Companhia antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT) foi de R\$ 775 milhões, comparado a R\$ 303 milhões no 1T18 e ao resultado negativo em R\$ 5.694 milhões do 4T18. A Companhia registrou resultado financeiro líquido positivo de R\$ 35 milhões e uma despesa de R\$ 44 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando em um lucro líquido consolidado de R\$ 766 milhões. Considerando os efeitos do IFRS 16, o Lucro Líquido Consolidado do período foi de R\$ 679 milhões.



Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Endividamento & Liquidez

Tabela 14 – Endividamento

R\$ Milhões	Mar/19	Mar/18	Dez/18	% Dívida Bruta
Endividamento				
Curto Prazo	118	98	673	0,7%
Longo Prazo	16.256	13.436	15.777	99,3%
Dívida Total	16.373	13.534	16.450	100,0%
Em moeda nacional	7.894	6.854	7.633	48,2%
Em moeda estrangeira	8.491	6.680	8.817	51,9%
Swap	-12	0	0	-0,1%
(-) Caixa	-6.267	-6.225	-4.624	-38,3%
(=) Dívida Líquida	10.107	7.309	11.826	61,7%

Ao fim do 1T19, a Oi S.A. apresentou dívida bruta consolidada de R\$ 16.385 milhões, representando uma redução de 0,5% ou R\$ 77 milhões em relação ao registrado no 4T18 e aumento de R\$ 2.839 milhões ou 21,0% quando comparado ao 1T18. A redução no comparativo trimestral é atribuída à amortização da primeira parcela dos juros do *Bond* Qualificado no valor de R\$ 712 milhões, sendo parcialmente compensada pelo *accrual* de juros e amortização do ajuste a valor presente [AVP], que contribuem para o crescimento da dívida a cada período. No trimestre, a variação cambial trouxe pouca contribuição para a evolução da dívida, dada a relativa estabilidade da moeda brasileira frente ao dólar. Além do *accrual* de juros e da amortização do AVJ, a variação anual reflete a variação cambial de R\$1,1 bilhão no período (desvalorização do Real vs Dólar de 17,2% sobre dívida, ganho de AVJ e hedge). A parcela da dívida em moeda estrangeira representava 58,8% do total consolidado contratado e 53,7% da dívida a valor justo. Já o prazo médio consolidado da dívida encontrava-se em aproximadamente 12 anos.

Considerando o caixa de R\$ 6.267 milhões ao final de março, a dívida líquida da Companhia encerrou o 1T19 em R\$ 10.107 milhões, uma redução de R\$ 1.719 milhões ou 14,5% em relação ao 4T18 e um aumento de R\$ 2.798 milhões ou 38,3% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. A redução da dívida líquida no trimestre é decorrente, principalmente, de uma menor dívida bruta, além do aumento de capital, conforme previsto no PRJ, compensado parcialmente pelo pagamento da primeira parcela do pagamento dos fornecedores que faziam parte da lista de credores da Companhia, além da aceleração do Capex e outras obrigações pontuais relacionadas à implementação do Plano. No comparativo anual, o aumento da dívida líquida é atribuído, principalmente a uma maior dívida bruta vs 1T18, dada estabilidade no caixa ano contra ano.



Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Tabela 15 – Posição de Caixa (Operações Brasileiras)

R\$ Milhões

Posição de Caixa 4T18	4.624
Ebitda de rotina	1.239
Capex	-1.718
Capital de giro	-402
Esfera legal	-22
Operações financeiras	-150
Pagamento a Credores RJ	-1.155
Aumento de Capital	3.957
Outros ⁽¹⁾	-106
Posição de Caixa 1T19	6.267

(1) Acordo com a Pharol celebrado em 09 de janeiro de 2019.

Tabela 17 – Composição da Dívida Bruta

R\$ Milhões

Composição da Dívida Bruta - 1T19	Valor de Face	Ajuste a Valor Justo [AVJ]	Valor Justo
BNDES	3.702	-	3.702
Bancos Locais	8.798	[4.620]	4.178
ECAs	6.418	[4.197]	2.221
Bonds Qualificados	6.559	[826]	5.733
Facility "Não Qualificados"	334	[135]	199
Oferta Geral	4.303	[3.939]	364
Outros	[23]	-	-23
Dívida Bruta Total	30.090	[13.717]	16.373

Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabela 17 – Demonstração do Resultado do Exercício [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	1T19	IFRS 16	1T19 (Com IFRS 16)	1T18	4T18
Receita Operacional Líquida	5.130	0	5.130	5.668	5.365
Custos e Despesas Operacionais	-2.892	377	-2.515	-4.096	-9.572
Pessoal	-804	-	-804	-809	-721
Interconexão	-136	-	-136	-190	-162
Serviços de terceiros	-1.499	-	-1.499	-1.426	-1.514
Serviço de manutenção da rede	-275	-	-275	-278	-266
Custo de aparelhos e outros	-50	-	-50	-43	-73
Publicidade e propaganda	-72	-	-72	-66	-144
Aluguéis e seguros	-1.040	377	-663	-1.029	-5.894
Provisões para contingências	-59	-	-59	-92	-82
Provisão para devedores duvidosos	-137	-	-137	-203	-286
Tributos e outras receitas (despesas)	980	-	980	-160	-430
EBITDA	2.238	377	2.615	1.572	-4.207
Margem %	51,0%	n.m.	51,0%	27,7%	-78,4%
Depreciações e Amortizações	-1.463	-227	-1.690	-1.268	-1.486
EBIT	775	150	925	303	-5.694
Despesas Financeiras	-1.315	-237	-1.553	1.503	-671
Receitas Financeiras	1.351	-	1.351	28.677	-245
Lucro [Prejuízo] Antes dos Impostos	811	-87	723	30.483	-6.610
Imposto de Renda e Contribuição Social	-44	-	-44	44	3.267
Lucro [Prejuízo] Líquido do Exercício	766	-87	679	30.526	-3.343
Margem %	14,9%	n.m.	13,2%	538,5%	-62,3%

Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabela 18 – Balanço Patrimonial [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	31/03/2019	IFRS 16	31/03/2019 [Com IFRS 16]	31/12/2018	31/03/2018
TOTAL DO ATIVO	69.781	8.009	77.790	65.438	68.683
Ativo Circulante	24.059	0	24.059	21.314	24.207
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.030	0	6.030	4.385	6.073
Aplicações Financeiras	199	0	199	202	38
Instrumentos Financeiros Derivativos	23	0	23	0	0
Contas a Receber	6.633	0	6.633	6.517	7.485
Estoques	300	0	300	318	262
Tributos Correntes e a Recuperar	611	0	611	621	1.027
Outros Tributos	1.717	0	1.717	803	1.113
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.535	0	1.535	1.716	1.097
Ativos Mantidos para Venda	4.813	0	4.813	4.923	4.610
Outros Ativos	2.200	0	2.200	1.829	2.503
Ativo Não Circulante	45.722	8.009	53.731	44.124	44.476
Realizável a Longo Prazo	9.942	0	9.942	8.632	9.160
.Outros Tributos	1.887	0	1.887	716	633
.Aplicações Financeiras	37	0	37	37	114
.Depósitos e Bloqueios Judiciais	7.131	0	7.131	7.019	8.036
.Outros Ativos	886	0	886	860	377
Investimentos	118	0	118	118	126
Imobilizado	28.920	8.009	36.929	28.426	26.932
Intangível	6.742	0	6.742	6.948	8.258
TOTAL DO PASSIVO	69.781	8.009	77.790	65.438	68.683
Passivo Circulante	10.591	1.422	12.012	10.688	10.591
Fornecedores	5.641	0	5.641	5.226	4.920
Arrendamentos a Pagar	0	1.422	1.422	0	0
Empréstimos e Financiamentos	129	0	129	673	98
Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	910	0	910	907	856
Provisões	534	0	534	681	830
Provisões para Fundo de Pensão	0	0	0	0	77
Tributos a Recolher e Diferidos	51	0	51	27	204
Outros Tributos	1.363	0	1.363	1.034	1.652
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	6	0	6	6	6
Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	472	0	472	527	307
Autorizações e Concessões a Pagar	120	0	120	86	40
Outras Contas a Pagar	1.365	0	1.365	1.522	1.601
Passivo Não Circulante	31.673	6.675	38.348	1.522	1.601
Fornecedores	3.239	0	3.239	3.593	1.170
Arrendamentos a Pagar	0	6.675	6.675	0	0
Empréstimos e Financiamentos	16.256	0	16.256	15.777	13.436
Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0
Tributos a Recolher e Diferidos	0	0	0	0	3.185
Outros Tributos	634	0	634	629	877
Provisões	4.081	0	4.081	4.358	5.033
Provisões para Fundo de Pensão	593	0	593	579	571
Autorizações e Concessões a Pagar	0	0	0	0	1
Outras Contas a Pagar	6.871	0	6.871	6.917	4.912
Patrimônio Líquido	27.517	-87	27.430	22.896	28.908

**Comentário do Desempenho****INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES****Em tempo**

As principais tabelas divulgadas neste Relatório de Resultados em formato Excel estarão disponíveis no *website* da Companhia (www.ri.oi.com.br/), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório de Resultados também estão disponíveis no glossário do website da Companhia: http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44320



Eventos Subsequentes

- Em 03 de abril de 2019, informou ao mercado a Homologação do Acordo entre Oi e Pharol nos termos do Acordo celebrado em 08 de janeiro de 2019 entre Oi, sua acionista direta Bratel e Pharol, iniciando-se nesta data o prazo para cumprimento da segunda parte das obrigações previstas incluindo [a] o pedido de extinção da totalidade dos litígios envolvendo as Partes indicados no instrumento do Acordo ["Litígios"] e [b] a entrega à Bratel de 33,8 milhões ações da Oi que estão em sua Tesouraria, sendo 32 milhões ações ordinárias e 1,8 milhões ações preferenciais.
- Em 26 de abril de 2019, às 11h, na sede da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, em que deliberou-se a respeito de: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (iii) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.
- No mesmo dia e horário, também na sede da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária a respeito de: (i) Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social, com vistas a tornar o Comitê de Auditoria, Riscos e Controle um Comitê de Auditoria Estatutário, conferindo-lhe também as funções de *audit committee*, atualmente exercidas pelo Conselho Fiscal, em cumprimento à regulação norte-americana aplicável; (ii) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos; (iii) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para os membros do Conselho de Administração; (iv) Aprovar a Política de Reposição de Perdas da Companhia; e (v) Ratificação de todos os atos praticados pela Administração da Companhia no âmbito da Recuperação Judicial.
- Em 26 de abril de 2019, a Oi arquivou junto à United States Securities and Exchange Commission ("SEC") seu Relatório Anual (Form 20-F) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

INSTRUÇÃO CVM 358, ART. 12: Acionistas controladores direta ou indiretamente e acionistas que elegem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo como um grupo ou que representem os mesmos interesses, que atinge um interesse direto ou indireto representando cinco por cento (5%) ou mais de espécie ou classe de ações do capital de uma sociedade anônima de capital aberto, devem notificar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia do fato, de acordo com o artigo acima.

A Oi recomenda que seus acionistas cumpram com os termos do artigo 12 da Instrução CVM 358, mas não assume qualquer responsabilidade pela divulgação ou não de aquisições ou alienações de terceiros de interesse correspondentes a 5% ou mais de qualquer tipo ou classe de sua participação ou de direitos sobre essas ações ou outros valores mobiliários de sua emissão.

Tabela 19 – Ações do Capital Social da Companhia

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em circulação ¹
Ordinárias	5.796.477.760	32.030.595	5.764.443.369
Preferenciais	157.727.241	3.611.755	154.115.462
Total	5.954.205.001	35.642.350	5.918.558.831

Posição acionária em 31/03/2019.

(1) As ações em circulação não consideram as ações detidas em tesouraria e pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

**Comentário do Desempenho****DISCLAIMER**

Rio de Janeiro - 13 de maio de 2019. Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ["Oi S.A." ou "Oi" ou "Companhia"] e suas controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2018 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Oi – Relações com Investidores

Marcelo Ferreira	+55 (21) 3131-1314	marcelo.asferreira@oi.net.br
Bruno Nader	+55 (21) 3131-1629	bruno.nader@oi.net.br

Notas Explicativas

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e sociedades controladas

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intrarregional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações (“ANATEL” ou “Agência”).

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações através de subsidiárias e participadas da Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), e na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom (Nota 28).

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada Telemar junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. No final de 2018, a ANATEL publicou a Consulta Pública nº 51/2018 para tratar da revisão dos Contratos de Concessão para o seu último quinquênio (2021/2025). O período de contribuição da Consulta Pública se encerrou no dia 26 de março de 2019, estando o texto em análise pela ANATEL. Vale observar que o Projeto de Lei da Câmara 79/2016 prevê em seu texto uma alteração excepcional dos contratos de concessão para que se ajustem à possibilidade de migração do regime público para o regime privado de prestação do STFC, portanto, se promulgado na forma que está proposto, é possível uma alteração do contrato de concessão fora da data de 31 de dezembro de 2020.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ” ou “Plano”), a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como avaliar a sua capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Em março de 2019 a ANATEL decidiu, dentre outros pontos, manter o acompanhamento especial da prestação de serviços de telecomunicações pelas empresas integrantes do Grupo Oi para o exercício de 2019, com a imposição de medidas relacionadas a transparência, governança corporativa e controle societário, desempenho econômico-financeiro e operacional, e gestão de ativos e créditos, conforme informado no Comunicado ao Mercado realizado pela Companhia no dia 8 de maio de 2019.

Notas Explicativas

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7.512/2011 e aprovou um Novo PGMU, aplicável ao período de 2016 a 2020. Dentre as determinações do Novo PGMU, destaca-se o fato de que o Novo PGMU apresenta uma redução significativa na planta de terminais de uso público. Em substituição aos TUPs que deixaram de ser obrigatórios, as concessionárias passarão a implantar, dentre outras obrigações, sistemas de acesso fixo sem fio com suporte para conexão em banda larga.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão negociados na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Autorização Societária

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 13 de maio de 2019, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do mesmo dia.

Recuperação Judicial

As informações relativas ao Plano devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 20 de junho de 2016, as Empresas Oi ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a Assembleia Geral de Credores foi instalada, tendo o PRJ sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018, o juízo competente proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018.

Em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, foi concluída com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, incluindo a conclusão do primeiro aumento de capital previsto no PRJ Aumento de Capital - Capitalização de Créditos.

Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o segundo aumento de capital previsto no PRJ (“Aumento de Capital - Novos Recursos”), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por ADSs, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso, entre a Companhia, suas controladas e os Investidores “*Backstoppers*”.

Aumento de Capital – Novos Recursos

Exercício de Bônus de Subscrição e *American Depositary Warrants* – “ADWs”

Em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados.

Notas Explicativas

Oferta preferencial e conclusão do Aumento de Capital – Novos Recursos, nos termos do contrato de compromisso

Conforme previsto na Cláusula 6 do PRJ, em 13 de novembro de 2018 a Companhia iniciou uma oferta preferencial de ações ordinárias, registrada junto à SEC nos termos do “*Securities Act*”, no âmbito da qual os titulares de ações ordinárias e preferenciais, incluindo o Depositário de ADS’s – “*American Depositary Shares*” e o *The Bank of New York Mellon*, na qualidade de depositário do programa de ADS’s preferenciais, receberam direitos de subscrição transferíveis para cada ação ordinária e preferencial detida a partir de 19 de novembro de 2018.

Os direitos de subscrição expiraram em 4 de janeiro 2019. Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham exercido esses direitos em relação às ações ordinárias iniciais. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 91.080.933 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham solicitado subscrições de sobras de ações ordinárias. O montante dessas subscrições foi de R\$ 2.011 milhões.

Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu para os Investidores “*Backstoppers*”, em uma colocação privada, 1.604.268.162 ações ordinárias, correspondentes ao número total de ações ordinárias que foi oferecido na oferta preferencial menos o número total de ações ordinárias iniciais e de sobras de ações ordinárias, nos termos do contrato de compromisso, pelo valor total de R\$ 1.989 milhões (“Saldo de Ações”). Em vista da subscrição e integralização do Saldo de Ações, a Companhia concluiu, nesta data, o Aumento de Capital - Novos Recursos mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.806.451 novas ações ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Companhia no valor total de R\$ 4,0 bilhões. Ademais, segundo os termos do contrato de compromisso, nessa data, a Companhia emitiu, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, 272.148.705 ações ordinárias em uma colocação privada destinadas aos Investidores “*Backstoppers*”, bem como pagou US\$ 13 milhões a esses investidores. Como resultado da subscrição e integralização das Ações do Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 32.538.937.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Acordo de encerramento de litígios entre a Companhia e a Pharol

Em 8 de fevereiro de 2019, de forma a pôr fim a quaisquer disputas que pudessem prejudicar a implementação do PRJ, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que seu Conselho de Administração aprovou, em conformidade com a Instrução CVM nº 567/2015, a aquisição de 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria Companhia com o objetivo de assegurar o cumprimento de compromisso assumido pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à Bratel, subsidiária integral da Pharol SGPS, S.A., no contexto de acordo celebrado entre elas, objeto de Fato Relevante de 8 de janeiro de 2019 (“Acordo”), em operações cursadas no mercado organizado de bolsa da B3 para a entrega das ações em tesouraria à Bratel, que ocorrerá em até quatro dias úteis contados da data de homologação do Acordo pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Em 18 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão suspendendo o conflito de competência nº 157.099 pelo prazo requerido pelas partes.

Em 3 de abril de 2019, a Companhia divulgou comunicado ao mercado para informar sobre a homologação do Acordo, acima mencionado, em razão do transcurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis da publicação da decisão judicial que a deferiu. Desta forma, conforme determinado no Acordo, iniciou-se, nessa mesma data, o prazo para cumprimento da segunda parte das obrigações previstas

Notas Explicativas

para ambas as partes do Acordo, incluindo (a) o pedido de extinção da totalidade dos litígios envolvendo as partes e (b) a entrega à Bratel de 33,8 milhões ações da Oi que estão em sua Tesouraria, sendo 32 milhões ações ordinárias e 1,8 milhões ações preferenciais.

Além disso, aperfeiçoam-se de forma integral diversas obrigações e direitos das partes descritos no Fato Relevante divulgado pela Oi e no Comunicado divulgado pela Pharol, ambos em 9 de janeiro de 2019, que, nos termos do Acordo, poderiam ser resolvidos em caso de não homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial

Continuidade das operações

As Informações Trimestrais do período findo em 31 de março de 2019, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ, de modo que os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos recalculados nos termos e condições do PRJ, incluindo o aumento de capital com Capitalização de Créditos e o aumento de capital com Novos Recursos.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi.

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Em 31 de março de 2019, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 27.430.093 (R\$ 27.204.679 na Controladora), o lucro líquido do período montava a R\$ 678.763 (R\$ 568.403 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 12.046.956 (R\$ 9.913.445 na controladora). Em 31 de dezembro de 2018, e após o registro dos efeitos do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 22.895.811 (R\$ 22.652.320 na Controladora), o lucro líquido do exercício montava a R\$ 24.615.555 (R\$ 24.591.140 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 10.624.025 (R\$ 13.706.450 na controladora).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2019 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 31 de março de 2019 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2018, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2018, conforme item (b) desta nota explicativa.

Os ativos e passivos relacionados às operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda. No entanto, na demonstração de resultado os custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como “operação descontinuada” em consonância com o CPC 31 / IFRS 5.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a: (i) Reconhecimento de receita e contas a receber; (ii) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; (iii) Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida; (iv) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração; (v) Valor justo de passivos financeiros; (vi) Provisões; (vii) Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda; (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos; e (ix) Benefícios a empregados.

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto

Notas Explicativas

quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo nenhuma das quais operando em condições de economia hiperinflacionária cuja moeda funcional seja diferente da moeda de apresentação, são convertidos para a moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/03/2018
Euro	4,3760	4,4390	4,2802	3,9866
Dólar Norte Americano	3,8967	3,8748	3,7684	3,2433
Escudo de Cabo Verde	0,0397	0,0403	0,0388	0,0362
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000186	0,000185	0,000179	0,000163
Xelim Queniano	0,0387	0,0381	0,0374	0,0319
Dólar da Namíbia	0,2700	0,2698	0,2691	0,2713
Metical de Moçambique	0,0617	0,0627	0,0602	0,0532
Kwanza	0,0123	0,0126	0,0121	0,0160

Informações por segmentos

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. Os resultados são analisados frequentemente no que toca os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas.

Notas Explicativas

(b) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
Melhorias anuais na IFRS	Ciclo 2015-2017	1 de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos	1 de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda	1 de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
Alteração no IAS 28	Participação de longo prazo em coligadas e “joint ventures”	1 de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou “joint venture”	1 de janeiro de 2019

Entre as normas, alterações e interpretações citadas acima, apenas o IFRS 16 / CPC 06 (R2) teve impacto material na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 1 de janeiro de 2019, conforme detalhamento a seguir.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na norma IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Transição

A Companhia adotou a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optou por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluiu contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir custos diretos iniciais na mensuração do direito de uso.

Notas Explicativas

Isenções

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Impactos

Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis, lojas, veículos e sites (espaço físico) e podem ser observados nas Notas 15 e 21.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no balanço. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, uma estimativa de quaisquer custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data de início do arrendamento (líquidos de quaisquer incentivos recebidos), calculado a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos do direito de uso em bases lineares a partir da data de início do arrendamento ao término do prazo do arrendamento. A Companhia também avalia a perda por recuperabilidade (“*impairment*”) quando tais indicadores existem.

Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente das contraprestações, descontados usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos, pagamentos variáveis baseados em um índice ou taxa.

Após a mensuração inicial, o passivo será reduzido pelos pagamentos efetuados e acrescidos pelos juros incorridos. Caso necessário, o passivo é recalculado para refletir qualquer reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças nos pagamentos fixos em substância.

Quando ocorre modificação contratual substancial, o passivo de arrendamento é remensurado, e o ajuste correspondente é refletido no ativo de direito de uso, ou no resultado, se o ativo de direito de uso já estiver reduzido a zero.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos, para contratos de curto prazo e de baixo valor. Desta forma, ao invés de reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, estes são reconhecidos como uma despesa no resultado, ao longo do prazo do arrendamento.

Para qualquer novo contrato firmado após 1 de janeiro de 2019, a Companhia avaliou individualmente se o contrato contém arrendamento. Um arrendamento é definido como “um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de uma contraprestação”.

Para aplicar esta definição, a Companhia avaliou se o contrato atende a três características principais:

- O contrato contém um ativo identificado, que é explicitamente identificado no contrato ou implicitamente especificado ao ser identificado no momento em que o ativo é disponibilizado para a Companhia;

Notas Explicativas

- A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; e
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o período de uso e tem o direito de direcionar "como e com que finalidade" o ativo é usado durante todo o período de uso.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2019, um ativo de direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento à pagar, no montante de R\$ 8,2 bilhões (Notas 15 e 21). Em 31 de março de 2019 os montantes reconhecidos para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento à pagar são R\$ 8,0 bilhões e R\$ 8,1 bilhões, respectivamente.

A Companhia adotou as IFRS 16, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

	Saldo em 31/03/2019 (com IFRS 16)	Ajustes IFRS 16	Saldo em 31/03/2019 (sem IFRS 16)	Saldo em 31/03/2018
Receitas de vendas e/ou serviços	5.130.036		5.130.036	5.668.290
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(3.746.620)	(149.782)	(3.896.402)	(3.738.385)
Lucro (Prejuízo) bruto	<u>1.383.416</u>	<u>(149.782)</u>	<u>1.233.634</u>	<u>1.929.905</u>
Receitas (despesas) operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(625)		(625)	(4.171)
Despesas com vendas	(928.765)		(928.765)	(948.141)
Despesas gerais e administrativas	(690.411)		(690.411)	(671.349)
Outras receitas operacionais	1.543.992		1.543.992	401.656
Outras despesas operacionais	(382.658)		(382.658)	(404.441)
	<u>(458.467)</u>		<u>(458.467)</u>	<u>(1.626.446)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	924.949	(149.782)	775.167	303.459
Receitas financeiras	1.350.780		1.350.780	28.676.762
Despesas financeiras	(1.552.510)	237.113	(1.315.397)	1.502.619
Resultado financeiro	<u>(201.730)</u>	<u>237.113</u>	<u>35.383</u>	<u>30.179.381</u>
Lucro antes das tributações	723.219	87.331	810.550	30.482.840
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(22.393)		(22.393)	143.073
Diferido	(22.063)		(22.063)	(99.507)
Lucro do exercício	<u>678.763</u>	<u>87.331</u>	<u>766.094</u>	<u>30.526.406</u>

Notas Explicativas

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2019			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	153.094	153.094	276.165	276.165
Equivalentes de caixa	Valor justo	4.078.389	4.078.389	5.753.595	5.753.595
Aplicações financeiras	Valor justo	196.167	196.167	236.851	236.851
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	4.926.245	4.926.245		
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	23.199	23.199	23.199	23.199
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.344.294	1.344.294	6.632.527	6.632.527
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 28)	Valor justo	1.787.469	1.787.469	1.787.469	1.787.469
Dividendos a receber (Nota 28)	Custo amortizado	2.581.443	2.581.443	2.581.443	2.581.443
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.982.642	1.982.642	8.879.354	8.879.354
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.822.758	1.822.758	6.113.826	6.113.826
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	470.410	470.410		
Debêntures públicas	Custo amortizado	2.080.154	2.080.154	4.539.367	4.539.367
“Senior Notes”	Custo amortizado	5.731.800	6.973.994	5.731.800	6.973.994
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.063	5.063	6.158	6.158
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	35.953	35.953	120.343	120.343
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	316.441	316.441	491.195	491.195
Arrendamentos a pagar (iv)	Custo amortizado	620.814	620.814	8.096.402	8.096.402

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2018			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	152.454	152.454	287.491	287.491
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.516.605	1.516.605	4.097.838	4.097.838
Aplicações financeiras	Valor justo	195.639	195.639	238.962	238.962
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	11.960.680	11.960.680		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.193.687	1.193.687	6.516.555	6.516.555
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 28)	Valor justo	1.843.778	1.843.778	1.843.778	1.843.778
Dividendos a receber (Nota 28)	Custo amortizado	2.566.935	2.566.935	2.566.935	2.566.935
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	2.244.382	2.244.382	8.818.870	8.818.870
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.759.635	1.759.635	7.140.960	7.140.960
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	377.184	377.184		
Debêntures públicas	Custo amortizado	1.992.339	1.992.339	3.103.106	3.103.106
“Senior Notes”	Custo amortizado	6.205.840	6.937.764	6.205.840	6.937.764
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.075	5.075	6.168	6.168
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	22.925	22.925	85.619	85.619
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	353.496	353.496	553.206	553.206

Para o fechamento do período findo em 31 de março de 2019:

(i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do Plano, os fornecedores com montante de crédito superior a R\$ 150 mil, receberiam o saldo remanescente em quatro parcelas anuais para os quais foram realizados ajustes a valor presente (Nota 18).

(ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com o BNDES, Bancos Locais e ECAs correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Os saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar e programa de refinanciamento fiscal estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

Notas Explicativas

(iv) Os arrendamentos a pagar estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente.

O nivelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	153.094	152.454	276.165	287.491
Equivalentes de caixa	Nível 2	4.078.389	1.516.605	5.753.595	4.097.838
Aplicações financeiras	Nível 2	196.167	195.639	236.851	238.962
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	23.199		23.199	
Ativo financeiro mantido para venda	Nível 3	1.787.469	1.843.778	1.787.469	1.843.778

Não ocorreram transferências entre níveis nos períodos de 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América e, em menor parte em Euros.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) Ativos mantidos para venda

Refere-se ao valor justo do investimento financeiro na Unitel e CVT, classificado como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado e ao valor recuperável dos dividendos a receber da Unitel. O valor justo dos investimentos é calculado com base em estimativas relativas aos resultados potenciais e recuperações dos processos nos quais a Companhia e suas subsidiárias tem sido parte. Adicionalmente, o valor justo é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de cinco anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto e taxas cambiais adequadas à realidade de cada país onde os negócios estão localizados. Para além das premissas financeiras e de negócio

Notas Explicativas

acima mencionadas, a Companhia considera ainda na avaliação do valor justo dos investimentos financeiros premissas de caráter qualitativo, incluindo os resultados e desfecho os processos judiciais interpostos contra entidades terceiras e a opinião dos assessores legais sobre esses processos. No que se refere à avaliação do valor recuperável dos dividendos a Companhia faz uso de premissas financeiras sobre taxa de desconto no tempo e taxa de câmbio e faz uso de premissas qualitativas, baseadas no parecer dos seus assessores legais, referentes ao desfecho dos processos judiciais interpostos contra a Unitel sobre o não pagamento de dividendos e juros.

A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo (Nota 28).

(c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2019, tais instrumentos incluem contratos de “*Non Deliverable Forward (NDF)*”. A Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2019.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégico, tático e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda com o Conselho de Administração, Diretrizes de Risco a serem seguidas. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o enquadramento da Oi às Políticas. A nível operacional, o gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros reúne-se mensalmente e atualmente é composto pelo Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Planejamento Regulamentação e Atacado, Diretor de Jurídico Tributário, Diretor de Controladoria, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Tesouraria.

As Políticas de “*Hedge*” e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com

Notas Explicativas

os pilares da Política de “*Hedge*”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “*covenants*” financeiros.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de março de 2019, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 51,8% (31/12/2018 – 53,6%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, foram contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras para parte dos pagamentos de juros em moeda estrangeira a serem feitos em 2019. A Companhia possui proteção para 86,8% do total do serviço da dívida em Dólares previsto para até o final de 2019 através de operações de proteção na modalidade contrato a termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. O percentual de cobertura cambial para efeito de “*covenants*” e resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados, em que há que se considerar os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo, é de 51,9%.

Adicionalmente, a Companhia contratou operações de “*hedge*” para parcela das despesas operacionais da Companhia denominadas contratualmente em Dólar.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

	CONTROLADORA			
	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	42.060	42.060	39.779	39.779
Equivalentes de caixa	59.138	59.138	153.428	153.428
Créditos com partes relacionadas	4.926.245	4.926.245	11.960.680	11.960.680
Instrumentos financeiros derivativos	23.199	23.199		
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	6.774.616	6.774.616	7.131.350	7.863.274

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	47.842	47.842	70.116	70.116
Equivalentes de caixa	60.231	60.231	154.514	154.514
Instrumentos financeiros derivativos	23.199	23.199		
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	8.490.738	8.490.738	8.816.766	9.548.690

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Vencimento (anos)	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”			
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo		Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)	< 1 ano	11.564		11.564	

	Vencimento (anos)	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”			
		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo		Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Contratos de “Non Deliverable Forward” USD/R\$ (NDF)	< 1 ano	11.635		11.635	

Ao final do trimestre, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas ou despesas operacionais em Dólar.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	59.799		59.799	
Operações de termo em moedas – resultado operacional	(1.480)		(1.480)	
Total	58.319		58.319	

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Notas Explicativas

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018		
Resultado dos “hedges” designados	10.084	10.084
Amortização dos “hedges” ao resultado	1.480	1.480
Saldo em 31/03/2019	11.564	11.564

Análise de sensibilidade de risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2019, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de março de 2019. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	31/03/2019	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,8967	0%
Euro	4,3760	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	4,8709	25%
Euro	5,4700	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	5,8451	50%
Euro	6,5640	50%

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira, considerando derivativos e caixa “offshore”, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

		31/03/2019					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	8.678.926	10.848.657	13.018.389	14.787.749	18.484.686	22.181.623
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(11.635)	(14.543)	(17.452)	(11.635)	(14.543)	(17.452)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(61.909)	(77.387)	(92.864)	(61.909)	(77.387)	(92.864)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	178.920	223.650	268.381	2.618.992	3.273.740	3.928.488
Caixa em Euro	Queda do Euro	(46.163)	(57.704)	(69.245)	(46.163)	(57.704)	(69.245)
Ajuste a Valor Justo	Queda do Dólar/Euro	(2.519.759)	(3.149.698)	(3.779.638)	(8.906.135)	(11.132.666)	(13.359.201)
Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio		6.218.380	7.772.975	9.327.571	8.380.899	10.476.126	12.571.349
Total (ganho) perda			1.554.595	3.109.191		2.095.227	4.190.450

Notas Explicativas

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, no CDI e na Taxa Referencial, no caso das dívidas expressas em Reais em 31 de março de 2019. Após a aprovação do PRJ, a Companhia não mais possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2019, aproximadamente 47,8% (31/12/2018 – 46,0%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	4.019.251	4.019.251	1.363.177	1.363.177
Aplicações financeiras	196.167	196.167	195.639	195.639
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	3.330.506	3.330.506	3.203.648	3.203.648

	CONSOLIDADO			
	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	5.693.364	5.693.364	3.943.324	3.943.324
Aplicações financeiras	236.850	236.850	238.962	238.962
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	7.894.255	7.894.255	7.633.140	7.633.140

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas. A TJLP manteve-se estável em 7,0% a.a. de 1 de abril de 2017 até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, esta taxa vinha sendo reduzida sucessivamente: 6,75% a.a. até março de 2018, 6,6% a.a. de abril a junho de 2018, 6,56% a.a. de julho a setembro de 2018, de outubro a dezembro de 2018, para 6,98% a.a., voltando a sofrer elevação de janeiro a março de 2019, para

Notas Explicativas

7,03%. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por uma redução da taxa para 6,26% a.a., vigente no período de abril a junho de 2019.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2019, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

31/03/2019					
Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
6,40	7,03	8,00	8,79	9,60	10,55

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

		31/03/2019					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.332.744	3.031.746	3.778.650	4.121.188	5.356.093	6.675.626
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.048.819	1.287.806	1.544.191	4.098.914	5.032.907	6.034.890
Total Ativo/ Passivo atrelado a taxa de juros		3.381.563	4.319.552	5.322.841	8.220.102	10.389.000	12.710.516
Total (ganho) perda			937.989	1.941.278		2.168.898	4.490.414

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de março de 2019, aproximadamente 98,55% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel.

Notas Explicativas

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

No início de 2019, a Oi concluiu o aumento de capital previsto no PRJ aprovado no final de 2017. Com este aumento foram aportados R\$ 4,0 bilhões na Companhia, que serão alocados no Plano de CAPEX incremental, direcionados à expansão de infraestrutura móvel e fixa, mas centrado principalmente no projeto de fibra óptica.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.313.249	1.581.626	7.000.889	7.888.081
Deduções da receita bruta	(317.698)	(405.952)	(1.870.853)	(2.219.791)
Tributos	(317.484)	(403.455)	(1.498.746)	(1.793.027)
Outras deduções	(214)	(2.497)	(372.107)	(426.764)
Receitas de vendas e/ou serviços	995.551	1.175.674	5.130.036	5.668.290

Notas Explicativas

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receitas de vendas e/ou serviços	995.551	1.175.674	5.130.036	5.668.290
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(30.584)	(45.909)	(136.491)	(189.616)
Pessoal	(94.101)	(97.391)	(603.761)	(609.315)
Serviços de terceiros	(289.442)	(289.172)	(1.499.424)	(1.426.415)
Serviço de manutenção da rede	(164.333)	(168.534)	(274.928)	(278.171)
Custo de aparelhos e outros			(49.782)	(43.182)
Publicidade e propaganda	(15.985)	(15.238)	(71.832)	(65.842)
Aluguéis e seguros (i)	(116.997)	(157.145)	(662.656)	(1.029.332)
Provisões / Reversões	(18.000)	(34.929)	(59.391)	(91.721)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(41.432)	(33.911)	(136.977)	(202.591)
Tributos e outras receitas (despesas) (ii)	(209.524)	3.070.473	(7.354)	(160.188)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (iii)	592.770		987.185	
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(387.628)	2.228.244	(2.515.411)	(4.096.373)
Depreciação e amortização (i)	(443.128)	(261.032)	(1.689.676)	(1.268.458)
Total das despesas operacionais	(830.756)	1.967.212	(4.205.087)	(5.364.831)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	164.795	3.142.886	924.949	303.459
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	1.133.369	27.017.412	1.350.780	28.676.762
Despesas financeiras (i)	(703.487)	297.608	(1.552.510)	1.502.619
Total do resultado financeiro	429.882	27.315.020	(201.730)	30.179.381
Lucro antes das tributações	594.677	30.457.906	723.219	30.482.840
Imposto de renda e contribuição social	(26.274)	85.449	(44.456)	43.566
Lucro do período	568.403	30.543.355	678.763	30.526.406
Lucro atribuído aos acionistas controladores	568.403	30.543.355	568.403	30.543.355
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			110.360	(16.949)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(787.455)	(662.530)	(3.746.620)	(3.738.385)
Despesas com vendas	(215.831)	(202.159)	(928.765)	(948.141)
Despesas gerais e administrativas	(222.472)	(222.134)	(690.411)	(671.349)
Outras receitas operacionais	887.635	132.284	1.543.992	401.656
Outras despesas operacionais	(56.773)	(81.564)	(382.658)	(404.441)
Resultado de equivalência patrimonial	(435.860)	3.003.315	(625)	(4.171)
Total das despesas operacionais	(830.756)	1.967.212	(4.205.087)	(5.364.831)

- (i) O comparativo trimestral foi impactado pela adoção da norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1 de janeiro de 2019 (Nota 2(b)).
- (ii) Inclui resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Em 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 592.770 na controladora e R\$ 987.185 no consolidado, dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março de 2019, conforme descrito na Nota 11.

Notas Explicativas

6. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente (i)		5.337.882		13.403.174
Variação monetária e cambial sobre ajuste a valor justo	12.100		3.404	
Ganho de reestruturação de empréstimos com terceiros (ii)		3.271.498		11.110.316
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos (iii)	981.103	266.822	1.219.691	276.462
Rendimentos de aplicações financeiras	56.633	58.472	86.944	96.484
Juros e variações monetárias sobre empréstimos com partes relacionadas (iv)	42.770	17.565.864		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(54.773)	1.057	(55.368)	3.011
Reversão de juros e outras receitas (v)	95.536	515.817	96.109	3.787.315
Total	1.133.369	27.017.412	1.350.780	28.676.762
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Ajuste a valor justo – amortização do ganho diferido	(97.392)	(39.828)	(215.196)	(99.054)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros (vi)	(45.493)	(76.021)	(44.263)	(226.473)
Juros sobre empréstimos com terceiros (vii)	(202.673)	1.295.733	(304.838)	2.206.444
Juros sobre debêntures (vii)	(52.672)	755.364	(82.042)	741.622
Juros e variações monetárias sobre empréstimos com partes relacionadas (viii)	36.044	(1.166.293)		
Sub-total:	(362.186)	768.955	(646.339)	2.622.539
b) Outros encargos				
Ganho (Perda) com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda	(77.677)	99.039	122.387	
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(65.281)	(325.442)	(122.536)	(547.860)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos	(70.685)	(74.063)	(235.173)	(174.893)
Atualização monetária de provisões/reversões	(39.064)	(29.094)	(97.251)	(118.975)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(2.812)	(4.940)	(5.117)	(7.025)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	59.799		59.799	
Outras despesas (ix)	(145.581)	(136.847)	(628.280)	(271.167)
Sub-total:	(341.301)	(471.347)	(906.171)	(1.119.920)
Total	(703.487)	297.608	(1.552.510)	1.502.619
Resultado financeiro	429.882	27.315.020	(201.730)	30.179.381

- (i) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo de empréstimos e financiamentos com terceiros decorrente dos efeitos da Homologação do PRJ.
- (ii) Em 2018, refere-se, substancialmente, ao impacto positivo da novação das dívidas provenientes dos “Senior Notes” qualificados, calculados de acordo com o PRJ.
- (iii) Em 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 875 milhões na controladora e R\$ 1.024 milhões no consolidado, relativos a atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março de 2019, conforme descrito na Nota 11.

Notas Explicativas

- (iv) Na controladora em 2018, inclui R\$ 15.846 milhões de ajuste a valor justo dos empréstimos com partes relacionadas.
- (v) No consolidado em 2018, representado, principalmente, pela reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior a Homologação do PRJ no montante de R\$ 2.826 milhões e ajuste a valor presente de fornecedores e oferta geral no montante de R\$ 956 milhões.
- (vi) Em 2018, inclui R\$ 555 milhões relativos ao ganho cambial associado à novação das dívidas provenientes dos “*Senior Notes*”.
- (vii) No consolidado, em 2018, representado, principalmente, pela reversão de juros sobre dívidas incluídas no PRJ no montante de R\$ 3.115 milhões, e despesas de juros sobre dívidas e debentures novadas, no montante de R\$ 167 milhões.
- (viii) Na controladora em 2018, inclui R\$ 765 milhões de ajuste do valor justo de empréstimos com partes relacionadas.
- (ix) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias, financeiras e despesas financeiras associadas aos arrendamentos.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(1.805)	(19.304)	(22.393)	143.073
Tributos diferidos (Nota 10)	(24.469)	104.753	(22.063)	(99.507)
Total	(26.274)	85.449	(44.456)	43.566

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Lucro antes das tributações	594.677	30.457.906	723.219	30.482.840
IRPJ E CSLL				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	(202.190)	(10.355.688)	(245.894)	(10.364.166)
Equivalência patrimonial	(148.192)	1.021.127	(213)	(1.418)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	37	6	873	3.496
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(139.548)	7.631.453	(237.108)	13.177.098
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii)	463.619	1.788.551	434.826	751.624
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (iv)			3.060	(3.523.068)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(26.274)	85.449	(44.456)	43.566

Notas Explicativas

- (i) Refere-se, basicamente, ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Em 2018 os principais efeitos tributários de exclusão permanentes estão representados pela reestruturação dos passivos incluídos no PRJ.
- (iii) Refere-se a reversão (provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).
- (iv) Referem-se, a efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e contas bancárias	153.094	152.454	276.165	287.491
Equivalentes de caixa	4.078.389	1.516.605	5.753.595	4.097.838
Total	4.231.483	1.669.059	6.029.760	4.385.329

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Operações compromissadas	3.394.072	868.834	4.549.628	2.742.731
Títulos privados	527.341	364.014	914.238	895.073
CDB – Certificado de Depósito Bancário	154.362	127.685	285.229	301.632
“Time Deposits”		153.428	1.092	154.514
Outros	2.614	2.644	3.408	3.888
Equivalentes de caixa	4.078.389	1.516.605	5.753.595	4.097.838

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Títulos privados	182.307	180.159	216.262	213.653
Títulos públicos	13.860	15.480	20.589	25.309
Total	196.167	195.639	236.851	238.962
Circulante	191.241	190.779	199.354	201.975
Não circulante	4.926	4.860	37.497	36.987

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

Notas Explicativas

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Serviços faturados	1.479.234	1.302.359	7.023.224	6.783.022
Serviços a faturar	437.967	453.985	1.014.773	984.062
Aparelhos, acessórios e outros ativos	115.824	115.632	362.492	619.821
Subtotal	2.033.025	1.871.976	8.400.489	8.386.905
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(688.731)	(678.289)	(1.767.962)	(1.870.350)
Total	1.344.294	1.193.687	6.632.527	6.516.555

¹ Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 27.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
A vencer	1.670.069	1.546.631	6.199.758	6.250.613
Vencidas até 60 dias	212.520	177.222	760.725	672.673
Vencidas de 61 a 90 dias	30.759	29.906	150.409	131.798
Vencidas de 91 a 120 dias	21.856	26.078	112.591	132.562
Vencidas de 121 a 150 dias	19.007	19.840	107.006	104.628
Vencidas acima de 150 dias	78.814	72.299	1.070.000	1.094.631
Total	2.033.025	1.871.976	8.400.489	8.386.905

As movimentações na perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018	(678.289)	(1.870.350)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(41.432)	(137.143)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	30.990	239.531
Saldo em 31/03/2019	(688.731)	(1.767.962)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	77.214	72.936	426.582	287.472
CS a recuperar (i)	2.340	4.349	102.610	91.996
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	19.633	69.141	81.921	241.778
Total circulante	99.187	146.426	611.113	621.246
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹			25.456	23.050
Total não circulante			25.456	23.050

¹ Vide quadro de movimentação abaixo

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	1.319	705	38.830	21.628
CS a pagar	486	258	11.879	5.398
Total circulante	1.805	963	50.709	27.026

Notas Explicativas

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 31/03/2019
Tributos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	736.907	(148.129)		588.778
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	20.369	531		20.900
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(14.762)	34		(14.728)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	173.766	2.593		176.359
Participação nos lucros	18.115	(3.525)		14.590
Variações cambiais	732.978	(35.667)		697.311
Ágio incorporado (i)	1.690.507	(69.802)		1.620.705
Outras adições e exclusões temporárias	212.929	(117)	1.332	214.144
Obrigação onerosa	417.123	1.567		418.690
Contabilidade de "hedge"			(3.932)	(3.932)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	3.987.932	(252.515)	(2.600)	3.732.817
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.125.910	72.022	23.137	4.221.069
Total de tributos diferidos ativos	8.113.842	(180.493)	20.537	7.953.886
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.150.343)	(303.663)		(2.454.006)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(5.963.499)	459.687	3.932	(5.499.880)
Total de tributos diferidos		(24.469)	24.469	

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 31/03/2019
Tributos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	1.244.246	(147.084)		1.097.162
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	29.555	1.117		30.672
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(14.095)	34		(14.061)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	478.827	(18.519)		460.308
Participação nos lucros	94.504	(7.278)		87.226
Variações cambiais	1.403.193	(59.137)		1.344.056
Ágio incorporado (i)	1.690.508	(69.802)		1.620.706
Outras adições e exclusões temporárias	177.085	(64.087)	1.332	114.330
Obrigação onerosa	1.527.924	5.741		1.533.665
Contabilidade de "hedge"			(3.932)	(3.932)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	6.631.747	(359.015)	(2.600)	6.270.132
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	13.703.529	278.484	23.137	14.005.150
Total de tributos diferidos ativos	20.335.276	(80.531)	20.537	20.275.282
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.532.682)	(372.426)		(2.905.108)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(17.779.544)	430.894	3.932	(17.344.718)
Total de tributos diferidos	23.050	(22.063)	24.469	25.456

- (i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. ("TmarPart") e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.
- (ii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.
- (iii) A Companhia, com base no demonstrativo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, procedeu à revisão da sua estimativa de recuperação dos tributos diferidos, tendo identificado e registrado provisão ao valor de recuperação.

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 30.579.574 e R\$ 10.612.044, e correspondem a R\$ 10.397.055 e R\$ 3.608.095 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

Notas Explicativas

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
ICMS a recuperar (i)	264.008	280.166	1.249.411	1.240.353
PIS e COFINS (ii)	1.584.232	100.181	2.288.864	215.860
Outros	31	23	65.511	63.015
Total	1.848.271	380.370	3.603.786	1.519.228
Circulante	535.316	232.961	1.716.654	803.252
Não circulante	1.312.955	147.409	1.887.132	715.976

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
ICMS	191.611	197.606	542.360	556.693
ICMS Convênio nº 69/1998	23.845	23.602	25.002	34.113
PIS e COFINS (iii)	62.309	23.731	236.307	235.319
FUST/FUNTEL/Radiodifusão (iv)	200.728	199.528	658.630	655.022
Outros (v)	7.253	12.242	534.398	181.437
Total	485.746	456.709	1.996.697	1.662.584
Circulante	261.011	233.714	1.362.775	1.033.868
Não circulante	224.735	222.995	633.922	628.716

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia e suas controladas mantêm ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em março de 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas em dois dos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

O terceiro processo ainda se encontra em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Neste sentido, a Companhia registrou em 31 de março de 2019 o montante de R\$ 1.480 milhões na controladora e R\$ 2.024 milhões no consolidado relativos aos créditos conforme mencionado acima.

Para dar início à utilização dos créditos reconhecidos judicialmente para compensar débitos relativos a tributos federais vincendos, a Companhia está adotando as medidas necessárias para habilitá-los perante a Receita Federal.

(iii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e suas controladas, Telemar e Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

Notas Explicativas

(v) Composto principalmente de atualização monetária de exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Cíveis	3.705.015	3.746.025	5.807.561	5.849.978
Tributárias	812.620	801.340	2.354.825	2.337.508
Trabalhistas	555.604	583.723	1.153.348	1.197.144
Subtotal:	5.073.239	5.131.088	9.315.734	9.384.630
Perda estimada (i)	(444.277)	(444.407)	(649.780)	(649.910)
Total	4.628.962	4.686.681	8.665.954	8.734.720
Circulante	1.261.485	1.348.700	1.534.585	1.715.934
Não circulante	3.367.477	3.337.981	7.131.369	7.018.786

(i) Este valor representa a perda estimada nos saldos de depósitos judiciais, os quais se encontram em processo de conciliação com os extratos obtidos.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15)	243.235	238.648	950.128	912.538
Fistel	553		414.609	
Publicidade e propaganda	580	580	140.308	135.049
Despesas antecipadas contratuais	18.433	16.195	59.015	47.771
Seguros	20.220	22.458	48.862	48.865
Fiança bancária	15.310	15.840	39.626	40.690
Outras	16.732	10.873	113.396	81.590
Total	315.063	304.594	1.765.944	1.266.503
Circulante	201.089	191.087	1.222.236	743.953
Não circulante	113.974	113.507	543.708	522.550

Notas Explicativas

14. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Investimentos em controladas	16.610.505	16.917.150		
Negócios em conjunto			30.523	31.488
Investimentos em coligadas			45.293	44.124
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.876	31.876
Outros investimentos	3.799	3.799	10.595	10.352
Total	16.624.577	16.931.222	118.287	117.840

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018	16.931.222	117.840
Equivalência patrimonial (Nota 5)	(435.860)	(625)
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em coligadas	(825)	(825)
Reclassificação da equivalência patrimonial para ativos mantidos para venda	(16.977)	1.244
Reclassificação da equivalência patrimonial para provisão para patrimônio líquido negativo	115.708	
Outros	31.309	653
Saldo em 31/03/2019	16.624.577	118.287

Com a aprovação do PRJ, as dívidas das empresas Oi, representadas pelos “*Bonds*”, foram consolidadas na Oi. Para documentar essas transações, foi necessária a celebração de contratos de mútuos, entre Oi e Oi Holanda, bem como entre Oi e PTIF. Tais instrumentos previam a possibilidade de pagamento e quitação do total devido por meio de aumento de capital, forma que foi efetivamente exercida pela Oi em 31 de janeiro de 2019, no valor de EUR 665.639.602,32 na Oi Holanda e no valor de EUR 1.100.259.843,00 na PTIF.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			31/03/2019			
			Quantidade em milhares de ações		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
Telemar	16.644.875	(360.250)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	5.227	48	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(1.386.071)	(22.479)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	2.158	1.108	799		100	100
PTIF	(2.692.735)	(73.421)	0,042		100	100
CVTEL	(1.000)	(108)	18		100	100
Carrigans	104		0,100		100	100
PT Participações	3.684.289	16.978	1.000.000		100	100
Serede	(112.647)	20.049	24.431.651		17,51	17,51

Notas Explicativas

	CONTROLADORA					
	Equivalência patrimonial		Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Controladas						
Telemar	(360.250)	13.379.328	16.644.875	16.951.431		
Rio Alto	48	328	5.227	5.179		
Oi Holanda	(22.479)	(2.925.554)			1.386.071	4.154.419
Oi Serviços Financeiros	1.108	1.745	2.158	1.050		
PTIF	(73.421)	(7.341.969)			2.692.735	7.255.948
CVTEL	(108)	(61)			1.000	902
Carrigans			104	105		
Serede	3.511	(2.710)			19.725	23.235
Resultado não realizado com investidas	(1.247)	(4.161)	(41.859)	(40.615)		
Subtotal:	(452.838)	3.106.946	16.610.505	16.917.150	4.099.531	11.434.504
PT Participações (i)	16.978	(103.631)	3.684.289	3.721.549		
Total	(435.860)	3.003.315	20.294.794	20.638.699	4.099.531	11.434.504

(i) Refere-se à resultado de equivalência patrimonial e valor do investimento detido nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

Informações financeiras resumidas

Controladas	31/03/2019		
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (i)	35.558.774	18.913.899	1.572.726
Oi Holanda (i)	671.690	2.057.761	
PTIF (i)	540.335	3.233.070	
Rio Alto	5.208	(19)	
Oi Serviços Financeiros	22.210	20.052	170
CVTEL	77	1.077	
Serede	1.226.117	1.338.764	590.497

Controladas	31/12/2018		31/03/2018
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (i)	33.718.348	16.766.917	1.775.508
Oi Holanda (i)	549.905	4.704.324	
PTIF (i)	686.409	7.919.147	
Rio Alto	5.269	90	
Oi Serviços Financeiros	22.853	21.803	294
CVTEL	95	997	
Serede	1.049.482	1.182.178	387.153

(i) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

15. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2018	460.135	6.305.104	24.435.160	6.329.728	1.962.675		2.192.670	41.685.472
Adoção Inicial IFRS 16						626.275		626.275
Adições	258.758		29.388	28.889			981	318.016
Baixas	(5.356)		(167)	(13.412)			(70)	(19.005)
Transferências	(253.437)	110	148.002	96.907	5.626		2.792	
Saldo em 31/03/2019	460.100	6.305.214	24.612.383	6.442.112	1.968.301	626.275	2.196.373	42.610.758
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2018		(6.206.296)	(21.385.206)	(4.422.820)	(1.615.284)		(1.733.032)	(35.362.638)
Despesas de depreciação		(4.606)	(114.856)	(108.929)	(8.944)	(11.960)	(7.818)	(257.113)
Baixas			73	13.419			(118)	13.374
Saldo em 31/03/2019		(6.210.902)	(21.499.989)	(4.518.330)	(1.624.228)	(11.960)	(1.740.968)	(35.606.377)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2018	460.135	98.808	3.049.954	1.906.908	347.391		459.638	6.322.834
Saldo em 31/03/2019	460.100	94.312	3.112.394	1.923.782	344.073	614.315	455.405	7.004.381
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de Uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2018	3.351.613	20.077.960	62.092.721	30.343.531	4.463.690		6.466.170	126.795.685
Adoção Inicial IFRS 16						8.236.115		8.236.115
Adições	1.458.788		78.335	81.637	594		13.142	1.632.496
Baixas	(26.926)		(1.346)	(274.930)			(132)	(303.334)
Transferências	(1.342.730)	29.963	796.295	474.399	9.864		32.209	
Saldo em 31/03/2019	3.440.745	20.107.923	62.966.005	30.624.637	4.474.148	8.236.115	6.511.389	136.360.962
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2018		(18.940.570)	(47.888.763)	(23.034.282)	(2.814.575)		(5.691.932)	(98.370.122)
Despesas de depreciação		(69.058)	(593.923)	(351.107)	(26.761)	(227.036)	(59.199)	(1.327.084)
Baixas			439	264.827			(101)	265.165
Transferências			(815)	(4)	21		798	
Saldo em 31/03/2019		(19.009.628)	(48.483.062)	(23.120.566)	(2.841.315)	(227.036)	(5.750.434)	(99.432.041)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2018	3.351.613	1.137.390	14.203.958	7.309.249	1.649.115		774.238	28.425.563
Saldo em 31/03/2019	3.440.745	1.098.295	14.482.943	7.504.071	1.632.833	8.009.079	760.955	36.928.921
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	11%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Notas Explicativas

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens serão revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de março de 2019, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.903.095 (31/12/2018 – R\$ 2.900.922), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta a R\$ 8.251.006 (31/12/2018 - R\$ 8.218.006).

No período findo em 31 de março de 2019, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 6% a.a.

Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	CONTROLADORA			
	Torres	Espaço físico	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2018				
Adoção Inicial IFRS 16	577.340	45.342	1.550	624.232
Modificações contratuais	2.255	(212)		2.043
Saldo em 31/03/2019	579.595	45.130	1.550	626.275
Depreciação acumulada				
Saldo em 31/12/2018				
Despesas de depreciação	(10.291)	(1.616)	(53)	(11.960)
Saldo em 31/03/2019	(10.291)	(1.616)	(53)	(11.960)
Direito de uso líquido				
Saldo em 31/12/2018				
Saldo em 31/03/2019	569.304	43.514	1.497	614.315

	CONSOLIDADO					
	Torres	Espaço físico	Lojas	Veículos	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2018						
Adoção Inicial IFRS 16	7.353.507	521.523	117.480	93.615	81.807	8.167.932
Adições	980			509		1.489
Modificações contratuais	70.245	(10.568)	371		6.646	66.694
Saldo em 31/03/2019	7.424.732	510.955	117.851	94.124	88.453	8.236.115
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2018						
Despesas de depreciação	(178.819)	(23.936)	(7.376)	(12.061)	(4.844)	(227.036)
Saldo em 31/03/2019	(178.819)	(23.936)	(7.376)	(12.061)	(4.844)	(227.036)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31/12/2018						
Saldo em 31/03/2019	7.245.913	487.019	110.475	82.063	83.609	8.009.079

Notas Explicativas

16. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	12.656	2.526.470	14.477.394	539.661	17.556.181
Adições	11			9	20
Transferências	(88)			88	
Saldo em 31/03/2019	12.579	2.526.470	14.477.394	539.758	17.556.201
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2018		(2.510.785)	(9.515.969)	(459.387)	(12.486.141)
Despesas de amortização		(8.239)	(177.264)	(512)	(186.015)
Saldo em 31/03/2019		(2.519.024)	(9.693.233)	(459.899)	(12.672.156)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2018	12.656	15.685	4.961.425	80.274	5.070.040
Saldo em 31/03/2019	12.579	7.446	4.784.161	79.859	4.884.045
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	24%	

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	27.195	8.981.694	18.602.742	1.904.547	29.516.178
Adições	122.629	68		16.667	139.364
Transferências	(135.407)	104.138		31.269	
Saldo em 31/03/2019	14.417	9.085.900	18.602.742	1.952.483	29.655.542
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2018		(8.116.461)	(12.751.835)	(1.699.436)	(22.567.732)
Despesas de amortização		(104.732)	(214.355)	(26.910)	(345.997)
Saldo em 31/03/2019		(8.221.193)	(12.966.190)	(1.726.346)	(22.913.729)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2018	27.195	865.233	5.850.907	205.111	6.948.446
Saldo em 31/03/2019	14.417	864.707	5.636.552	226.137	6.741.813
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	24%	

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativos				
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	23.198		23.198	
Total	23.198		23.198	
Circulante	23.198		23.198	

Notas Explicativas**18. FORNECEDORES**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
ANATEL AGU	2.242.502	2.209.199	7.254.880	7.147.137
Serviços	777.176	1.030.308	3.711.039	3.397.413
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	621.678	685.303	2.701.929	2.861.712
Aluguel de postes e direito de passagem	78.036	83.553	179.162	191.723
Outros	47.837	50.106	366.634	647.856
Ajuste a valor presente	(1.784.587)	(1.814.087)	(5.334.290)	(5.426.971)
Total	1.982.642	2.244.382	8.879.354	8.818.870
Circulante	1.063.637	1.301.537	5.640.782	5.225.862
Não circulante	919.005	942.845	3.238.572	3.593.008
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial	990.579	1.013.342	3.662.427	3.794.610
Fornecedores não sujeitos à Recuperação	992.063	1.231.040	5.216.927	5.024.260
Total	1.982.642	2.244.382	8.879.354	8.818.870

Notas Explicativas

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
“Senior Notes”	6.559.229	7.068.263	6.559.229	7.068.263	Jul/2025	Semestral
Reestruturação - “Bondholders” Não Qualificados	334.013	326.376	334.013	326.376	Ago/2024 a Fev/2030	Semestral
Créditos com Garantia Real	947.278	925.271	3.702.080	3.616.074		
BNDES	947.278	925.271	3.702.080	3.616.074	Mar/2024 a Fev/2033	Mensal
Reestruturação I	5.863.690	5.795.142	15.162.060	14.993.376		
Moeda nacional	4.949.693	4.890.589	8.744.474	8.640.054		
Debêntures	4.411.038	4.358.366	6.870.561	6.788.519	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Outros	538.655	532.223	1.873.913	1.851.535	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Moeda estrangeira	913.997	904.553	6.417.586	6.353.322		
Instituição Financeira Moeda Nacional	13.021	13.262	53.269	54.251	Jan/2019 a Nov/2026	Mensal
Oferta Geral	1.202.596	1.200.274	4.302.947	4.332.352		
Moeda nacional	151.989	151.989	207.035	207.035	Fev/2038 a Fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.050.607	1.048.285	4.095.912	4.125.317	Fev/2038 a Fev/2042	
Mútuo e Debêntures com controladas (Nota 27)	18.476.431	18.610.408				
Subtotal	33.396.258	33.938.996	30.113.598	30.390.692		
Custo de transação incorrido	(10.264)	(10.629)	(11.736)	(12.126)		
Ajuste a valor justo (*)	(23.280.872)	(23.593.369)	(13.716.869)	(13.928.660)		
Total	10.105.122	10.334.998	16.384.993	16.449.906		
Circulante	115.904	660.172	129.213	672.894		
Não circulante	9.989.218	9.674.826	16.255.780	15.777.012		

(*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Instituições financeiras	9.938	10.298	11.101	11.481
Debêntures públicas	326	331	635	645
Total	10.264	10.629	11.736	12.126
Circulante	1.290	1.290	1.290	1.290
Não circulante	8.974	9.339	10.446	10.836

Notas Explicativas

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Euro	311.125	252.659	222.254	198.931
Dólar Norte Americano	6.463.491	6.878.691	8.268.484	8.617.835
Reais	3.330.506	3.203.648	7.894.255	7.633.140
Total	10.105.122	10.334.998	16.384.993	16.449.906

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. – 10,00% a.a.	6.252.321	6.708.094	8.196.417	8.562.117
CDI	80% CDI	2.334.212	2.235.675	4.123.723	3.949.639
TJLP	2,95% a.a. + TJLP	946.970	924.957	3.700.848	3.614.820
TR	0% a.a.	12.050	10.593	16.415	14.430
Outros	0%	559.569	455.679	347.590	308.900
Total		10.105.122	10.334.998	16.384.993	16.449.906

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/03/2019			
2020	4.833	9.960	1.267	1.368
2021	2.029	3.953	1.461	1.562
2022	219	970	1.461	1.562
2023	116.759	304.724	1.461	1.562
2024 e exercícios seguintes	33.155.225	29.663.487	3.325	4.391
Total	33.279.065	29.983.094	8.975	10.445

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas Telemar e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 2.755 milhões.

“Covenants”

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do PRJ, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros, dentre eles Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha trimestralmente estas condições das cláusulas restritivas e para o período findo em 31 de março de 2019, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos.

Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2018	Juros e variação monetária e cambial	Apropriação valor justo	Pagamento de juros	Pagamento de tributos e outros	31/03/2019
Empréstimos e Financiamentos	16.449.906	431.143	211.792	(602.892)	(104.956)	16.384.993

Notas Explicativas

A Companhia realizou o primeiro evento de pagamento dos juros dos “*Bonds*” Qualificados, que não possuem carência de juros, em fevereiro de 2019.

Adicionalmente, os termos e condições previstos para categoria destes passivos concursais incluíram: (i) Créditos com Garantia Real; (ii) Reestruturação das “*Senior Notes*”; e (iii) Modalidade de Pagamento Geral.

20. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
SMP			1.109	1.025
Concessões do STFC	35.953	22.925	119.234	84.594
Total	35.953	22.925	120.343	85.619
Circulante	35.953	22.925	120.343	85.619

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP obtidas através de leilões, e concessões de serviços STFC.

21. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Torres	575.300		7.324.202	
Espaço físico	43.999		492.651	
Lojas			111.831	
Imóveis	1.515		84.636	
Veículos			83.082	
Total	620.814		8.096.402	
Circulante	89.944		1.421.756	
Não circulante	530.870		6.674.646	

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018		
Adoção inicial IFRS 16	624.232	8.167.932
Novas contratações		1.489
Juros	18.487	237.093
Pagamentos	(23.948)	(376.806)
Modificações contratuais	2.043	66.694
Saldo em 31/03/2019	620.814	8.096.402

Notas Explicativas

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2020	71.261	1.070.322
2021	94.166	1.334.215
2022	93.025	1.283.807
2023	89.439	1.187.348
2024 a 2029	501.558	6.042.410
2030 e exercícios seguintes	425.945	3.933.444
Total	1.275.394	14.851.546
Juros	(744.524)	(8.176.900)
Não circulante	530.870	6.674.646

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,75% a.a.

Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar

A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 31 de março de 2019, tais arrendamentos foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 1.097, na controladora, e de R\$ 19.338, no consolidado. Além disso foram reconhecidos também no resultado o montante de R\$ 69, na controladora, e de R\$ 4.810, no consolidado, referente a pagamentos variáveis de arrendamento.

Notas Explicativas

22. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	308.816	322.654	477.966	496.240
PRT (MP nº 766/2017)	6.038	28.404	11.642	54.528
PERT (Lei nº 13.496/2017)	1.587	2.438	1.587	2.438
Total	316.441	353.496	491.195	553.206
Circulante	62.935	86.154	98.834	142.036
Não circulante	253.506	267.342	392.361	411.170

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.469/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	31/03/2019				31/12/2018
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	33.230		155.794	189.024	199.595
Imposto de renda	1.960		38.942	40.902	44.967
PIS	42.300		35.746	78.046	79.885
INSS – SAT	1.014	1.265	2.346	4.625	4.774
Contribuição social	750	251	11.421	12.422	12.503
CPMF	18.998	2.141	29.119	50.258	50.132
PRT – Demais débitos - RFB	5.692	509	5.441	11.642	54.528
PERT – Demais débitos - RFB	271		1.316	1.587	2.438
Outros	27.152	4.404	71.133	102.689	104.384
Total	131.367	8.570	351.258	491.195	553.206

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2019	49.108	77.433
2020	55.310	85.606
2021	55.310	85.606
2022	55.310	85.606
2023	55.310	85.606
2024	46.093	71.338
Total	316.441	491.195

Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

Notas Explicativas

23. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Trabalhista				
Horas extras	201.519	193.343	588.672	602.673
Indenizações	46.179	46.513	181.555	187.499
Adicionais diversos	33.965	35.720	162.369	166.963
Estabilidade / Reintegração	55.917	52.144	159.030	160.442
Complemento de aposentadoria	44.975	44.683	90.699	94.691
Diferenças salariais	26.251	24.473	61.039	61.674
Honorários advocatícios/periciais	17.963	18.492	29.104	30.898
Verbas rescisórias	5.939	6.700	28.347	31.521
Multas trabalhistas	3.274	3.535	24.352	25.921
Vínculo empregatício	218	275	15.990	15.952
FGTS	3.592	3.843	9.831	10.804
Subsidiariedade	130	135	843	889
Demais ações	26.883	28.656	64.594	67.254
Total	466.805	458.512	1.416.425	1.457.181
Tributária				
ICMS	69.373	67.786	531.220	503.332
ISS	1.288	1.269	77.540	76.389
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	473	442	23.398	23.100
Demais ações	14.487	14.373	47.220	47.262
Total	85.621	83.870	679.378	650.083
Cível				
ANATEL	131.430	152.445	559.186	580.182
Societário	847.334	1.124.037	847.334	1.124.037
Juizado Especial	108.937	108.503	188.524	191.839
Demais ações	459.670	604.100	924.012	1.035.398
Total	1.547.371	1.989.085	2.519.056	2.931.456
Total das provisões	2.099.797	2.531.467	4.614.859	5.038.720
Circulante	259.814	429.075	533.814	680.542
Não circulante	1.839.983	2.102.392	4.081.045	4.358.178

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Trabalhista	204.981	232.854	730.974	770.982
Tributária	5.562.615	5.481.243	28.318.101	27.586.094
Cível	781.439	693.149	1.898.970	1.723.110
Total	6.549.035	6.407.246	30.948.045	30.080.186

Notas Explicativas

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2018	458.512	83.870	1.989.085	2.531.467
Atualização monetária	22.242	2.140	14.682	39.064
Adições / (Reversões)	17.330	(389)	1.059	18.000
Baixas por pagamentos / encerramentos	(31.279)		(457.455)	(488.734)
Saldo em 31/03/2019	466.805	85.621	1.547.371	2.099.797

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2018	1.457.181	650.083	2.931.456	5.038.720
Atualização monetária	29.722	17.248	50.281	97.251
Adições / (Reversões)	17.165	12.797	29.429	59.391
Baixas por pagamentos / encerramentos	(87.643)	(750)	(492.110)	(580.503)
Saldo em 31/03/2019	1.416.425	679.378	2.519.056	4.614.859

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de março de 2019 corresponde a R\$ 5.057.331 (31/12/2018 - R\$ 5.312.744) na controladora e R\$ 13.194.081 (31/12/2018 - R\$ 13.750.739) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o aumento de capital previsto no PRJ (Aumento de Capital - Novos Recursos), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, além de emissão de 272.148.705 novas ações ordinárias de colocação privada destinadas aos Investidores “Backstoppers”, e emissão de 275.985 novas ações ordinárias relativas a entrega de Bônus de Subscrição, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O aumento de capital atribuído ao capital social e reservas de capital foi de R\$ 500.466 e R\$ 3.837.009, respectivamente (Nota 1).

Notas Explicativas

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (31/12/2018 - R\$ 32.038.471), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	31/03/2019	31/12/2018
Capital total em ações		
Ações ordinárias	5.796.478	2.298.247
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	5.954.205	2.455.974
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	32.030	32.030
Ações preferenciais	3.612	1.812
Total	35.642	33.842
Ações em circulação		
Ações ordinárias	5.764.448	2.266.217
Ações preferenciais	154.115	155.915
Total em circulação	5.918.563	2.422.132

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018 no montante de R\$ 24.591.140 para absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

(b) Ações em tesouraria

Em fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria, por meio de operações em mercado organizado de bolsa, a um custo total de R\$ 2.572, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigação assumida pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à acionista Bratel, subsidiária integral da Pharol, no contexto do acordo celebrado com as duas sociedades (Nota 1).

(c) Reservas de capital

Conforme mencionado acima, R\$ 3.837.009 relativo ao aumento de capital com novos recursos foi atribuído a reservas de capital.

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

“Senior Notes” reestruturados conversíveis em instrumentos de capital:

Em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados.

Notas Explicativas

(d) Outros resultados abrangentes

Os efeitos incluídos em outros resultados abrangentes são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31/12/2018	(66.488)	(377.429)	(141.871)	(585.788)
Custo na emissão de ações		(385.135)		(385.135)
Ganho de contabilidade de “hedge”, líquido de impostos	11.564			11.564
Variação cambial sobre investimento no exterior	22.624			22.624
Saldo em 31/03/2019	(32.300)	(762.564)	(141.871)	(936.735)

(e) Custo de emissão de ações

Conforme mencionado no item (a) desta nota, nos termos do contrato de compromisso com os “Backstoppers”, a Companhia emitiu 272.148.705 novas ações ordinárias, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, a um custo de R\$ 337.464, registrado em contrapartida ao aumento de capital, acrescidos de R\$ 47.671 relativos a gastos incorridos no processo da emissão.

(f) Lucro por ação básico e diluído

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	568.403	30.543.355
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	553.546	23.495.237
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	14.857	7.048.118
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.764.447	519.752
Ações preferenciais – básicas e diluídas	154.715	155.915
Lucro por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,10	45,20
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,10	45,20

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

Notas Explicativas

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 31 de março de 2019, as responsabilidades com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativos atuariais				
Plano TCSPREV	69.021	68.619	69.175	68.934
Plano CELPREV			199	199
Total	69.021	68.619	69.374	69.133
Circulante	3.242	4.366	3.595	4.880
Não circulante	65.779	64.253	65.779	64.253

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Passivos atuariais				
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	588.546	574.725	588.546	574.725
Plano PAMEC	4.496	4.397	4.496	4.397
Total	593.042	579.122	593.042	579.122
Não circulante	593.042	579.122	593.042	579.122

(i) Representado por contrato de obrigações financeiras, firmado entre a Companhia e a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. A referida obrigação representa o compromisso nos termos do PRJ.

A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras, firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Este contrato está sujeito aos novos termos contratuais provenientes do PRJ.

A obrigação nos termos da recuperação judicial é reconhecida como compromisso adicional sempre que a obrigação financeira for superior a provisão constituída de acordo com as regras do CPC 33 / IAS 19 (CVM 695).

Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social.

Notas Explicativas

As obrigações no balanço em 31 de março de 2019 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2018, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”. As principais premissas consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2018 e em 31 de março de 2019 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	CONSOLIDADO								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa estimada de inflação	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,00%	4,00%	4,00%	Por patrocinadora	N/A	4,84%	3,59%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	N/A	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	N/A	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	N/A	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Taxa de rotatividade	Por patrocinadora	Por patrocinadora	Nula	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício Saldado	Nula	Nula	2%	Nula	Nula
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	7,43%	7,43%

N/A = Não aplicável.

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 31 de março de 2019:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018	579.122	579.122
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	13.920	13.920
Saldo em 31/03/2019	593.042	593.042

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 31 de março de 2019:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018	68.619	69.133
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	1.578	1.590
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(1.176)	(1.349)
Saldo em 31/03/2019	69.021	69.374

Notas Explicativas

Remuneração baseada em ações

O Plano de Incentivos de Longo Prazo atualmente em vigor, abrangendo certos executivos da Companhia, foi renovado pela Assembleia Geral de Credores quando da aprovação do PRJ da Oi. Tal plano busca maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio e consiste no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Os beneficiários não farão jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o plano não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

Em janeiro de 2019, ocorreu o pagamento da primeira parcela desse programa, referente ao exercício de 2018.

Um novo plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para os Executivos e para o Conselho de Administração (Plano de Outorga de Ações da Diretoria e Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração) foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019.

O Conselho de Administração da Oi, em respeito à manifestação do Ministério Público e do Juízo da Recuperação Judicial acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, deliberou e comunicou na Assembleia Geral Extraordinária que os mesmos somente serão implementados após decisão do referido Juízo.

Tais planos, tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Beneficiários, visando promover alto engajamento dos executivos e conselheiros e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas estratégicas e ainda buscar um alinhamento dos mesmos com os interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefônicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefônicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefônicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e

Notas Explicativas

- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	31/03/2019	31/03/2018
Residencial	1.880.497	2.201.027
Mobilidade pessoal	1.745.021	1.815.274
Empresarial / Corporativo	1.418.031	1.547.430
Outros serviços e negócios	42.414	58.362
Receita de vendas e/ou serviços	5.085.963	5.622.093
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(1.673.080)	(1.251.582)
Interconexão	(135.625)	(188.651)
Pessoal	(594.097)	(600.501)
Serviços de terceiros	(1.487.149)	(1.412.822)
Serviços de manutenção de rede	(274.662)	(274.740)
Custo de aparelhos e outros	(47.503)	(37.752)
Publicidade e propaganda	(71.172)	(65.248)
Aluguéis e seguros	(660.810)	(1.028.458)
Provisões / Reversões	(59.391)	(91.721)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(137.143)	(202.646)
Tributos e outras despesas	(2.781)	(152.958)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	987.185	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	929.735	315.014
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	1.349.339	28.647.814
Despesas financeiras	(1.684.038)	1.619.064
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	595.036	30.581.892
Imposto de renda e contribuição social	(43.507)	47.530
LUCRO DO PERÍODO	551.529	30.629.422

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	31/03/2019	31/03/2018
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	5.085.963	5.622.093
Receitas relativas a outros negócios	44.073	46.197
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	5.130.036	5.668.290

Notas Explicativas

Nos períodos findos em 31 de março de 2019 e de 2018, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	31/03/2019	31/03/2018
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	929.735	315.014
Outros negócios	(4.786)	(11.555)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	924.949	303.459

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de março de 2019, são como segue:

	31/03/2019				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	72.977.595	49.888.436	36.928.921	6.741.813	1.484.444
Outros, principalmente África	4.812.585	471.651	106.813	41.017	7.475

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	31/03/2019	31/12/2018
Ativo		
Contas a receber	335.925	174.788
BrT Call Center	38.610	38.610
BrT Multimídia	47.305	46.447
Oi Móvel	7.615	7.980
Telemar	241.804	81.160
Serede	591	591
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	4.926.245	11.960.680
PTIF (i)	3.037.797	7.555.189
Oi Holanda (i)	1.551.291	4.066.221
PT Participações	337.157	339.270
Outros	228.174	525.013
Telemar	87.878	110.678
Oi Móvel	120.485	148.058
Oi Holanda	10.320	47.602
PTIF		209.184
Serede	9.442	9.442
Dommo	49	49

(i) Vide informações na Nota 14.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	31/03/2019	31/12/2018
Passivo		
Fornecedores	302.181	399.758
BrT Call Center	44.939	43.723
BrT Multimídia	121.448	136.963
Oi Móvel	84.116	111.745
Telemar	24.418	26.287
Paggo Administradora	24.153	25.370
Serede	3.107	55.670
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	470.410	377.184
Telemar	24.252	19.161
Oi Holanda	446.158	358.023
Demais obrigações	119.177	115.328
BrT Call Center	396	396
BrT Multimídia		13.539
Oi Móvel	30.220	31.095
Telemar	80.515	61.338
Dommo	7	7
Rio Alto	975	975
Oi Investimentos	7.064	7.978

(ii) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.

	CONTROLADORA	
	31/03/2019	31/03/2018
Receitas		
Receita dos serviços prestados	12.325	23.735
Oi Internet		133
BrT Multimídia	139	140
Oi Móvel	8.918	10.747
Telemar	3.106	12.485
Serede	162	230
Outras receitas operacionais	10.263	10.263
BrT Multimídia	818	818
Oi Móvel	9.445	9.445
Receitas financeiras	31.171	17.565.864
Oi Móvel		5.065
Telemar	2.209	51.312
Oi Holanda	(75.338)	17.406.903
PTIF	106.413	57.763
PT Participações	(2.113)	44.821

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	31/03/2019	31/03/2018
Custos e despesas operacionais	(233.013)	(250.403)
BrT Multimídia	(1.222)	(1.220)
Oi Móvel	(13.804)	(21.065)
Telemar	(3.279)	(10.992)
Paggo Administradora	(883)	(1.046)
BrT Call Center	(124.922)	(124.043)
Serede	(88.903)	(92.037)
Despesas financeiras	29.943	(1.166.293)
Oi Móvel		751.262
Telemar	(5.091)	(326.705)
Serede	(1.277)	
BrT Call Center	(519)	
BrT Multimídia	(2.090)	
Oi Holanda	42.151	(1.131.818)
PTIF	(3.173)	(437.090)
Oi Internet		20
PT Participações	(58)	(21.962)

Linhas de créditos

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2018 – 115% do CDI). No período findo em 31 de março de 2019 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos “*intercompany*” em Reais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras.

As linhas de crédito “*intercompany*” vigentes em 31 de março de 2019 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos “*intecompany*” não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias.

Garantias

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

Notas Explicativas

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Contas a receber e outros ativos			6.470	6.359
Outras entidades			6.470	6.359

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Contas a pagar e outros passivos	391	915	61.558	74.210
Hispamar	391	915	47.404	66.704
Outras entidades			14.154	7.506

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receita				
Receita dos serviços prestados			59	106
Outras entidades			59	106
Receita financeira			111	
Outras entidades			111	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(1.541)	(1.315)	(62.914)	(55.386)
Hispamar	(1.541)	(1.315)	(55.584)	(47.967)
Outras entidades			(7.330)	(7.419)
Despesa financeira	(3)		(169)	
Hispamar	(3)		(169)	

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de março de 2019, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 7.241 (31/03/2018 – R\$ 31.254) na controladora e R\$ 7.241 (31/03/2018 – R\$ 39.544) no consolidado. A homologação judicial do PRJ, após sua votação e aprovação pelos credores em assembleia, ensejou o pagamento no ano de 2018 de remuneração excepcional à diretoria estatutária, pontual e não recorrente, de até R\$ 15,5 milhões líquidos mais seus respectivos impostos e encargos, de acordo com o estabelecido em contratos firmados com os diretores e aprovados anteriormente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Notas Explicativas

28. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

As informações relativas ao item abaixo devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa à época de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos.

No que diz respeito especificamente à participação indireta da Africatel na Unitel, a Companhia tomou conhecimento, em 27 de fevereiro de 2019, da decisão final proferida pelo Tribunal Arbitral no âmbito da arbitragem movida pela PT Ventures, subsidiária da Africatel, em face dos demais acionistas da Unitel. O Tribunal Arbitral entendeu que os demais acionistas da Unitel violaram diversas previsões do Acordo de Acionistas da Unitel, o que acarretou uma redução significativa do valor da participação da PT Ventures na Unitel. Também entendeu que os demais acionistas da Unitel deixaram de assegurar, depois de novembro de 2012, que a PT Ventures recebesse o mesmo montante de dividendos em moeda estrangeira que o outro acionista estrangeiro da Unitel.

Em função disso, o Tribunal determinou que os demais acionistas paguem à PT Ventures, de forma conjunta e solidária, o valor de US\$ 339,4 milhões mais juros (contados a partir de 20 de fevereiro de 2019, com taxa LIBOR Dólar Americano 12 meses mais 2 pontos percentuais), correspondentes à perda do valor da Participação da PT Ventures, além de US\$ 307 milhões acrescidos de juros (juros simples de 7% contados a partir de diferentes datas em que eles deveriam ter sido recebidos), com respeito aos dividendos não recebidos, somados ainda ao reembolso líquido dos custos do processo, de cerca de US\$ 12 milhões. O Tribunal rejeitou os pedidos reconventionais dos outros acionistas da Unitel em sua integralidade.

A decisão resulta em uma reafirmação dos direitos da PT Ventures como acionista detentora de 25% do capital da Unitel, nos termos do Acordo de Acionistas. A PT Ventures retém todos os seus direitos previstos no Acordo de Acionistas, incluindo o de nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração da Unitel e o direito a receber dividendos passados e futuros da Unitel.

Posteriormente, em Assembleia Geral de Acionistas da Unitel realizada em 19 de março de 2019, foi eleito um novo Conselho de Administração da sociedade, composto por cinco membros, dos quais dois foram indicados pela PT Ventures, sendo que um deles exercerá o cargo de Diretor Geral da Unitel.

O grupo de ativos e de passivos das operações na África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas, e são consolidados na demonstração de resultados da Companhia desde 5 de maio de 2014.

Notas Explicativas

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	31/03/2019	31/12/2018
Ativos mantidos para venda	4.812.585	4.923.187
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	73.077	82.639
Contas a receber	113.059	108.343
Dividendos a receber (i)	2.581.443	2.566.935
Ativo mantido para venda (ii)	1.787.469	1.843.778
Outros ativos	98.649	145.709
Investimentos	11.058	19.414
Imobilizado	106.813	108.768
Intangível	41.017	47.601
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	471.651	526.870
Empréstimos e financiamentos	462	188
Fornecedores	47.629	52.064
Outros passivos	423.560	474.618
Participação de não controladores (iii)	225.414	243.491
Total dos ativos mantidos para vendas, líquido dos passivos correspondentes – Consolidado	4.115.520	4.152.826
Eliminações intragrupo	(431.231)	(431.277)
Total de ativos mantidos para venda – Controladora	3.684.289	3.721.549
Investimentos na África	3.684.289	3.721.549

- (i) Refere-se a dividendos a receber da Unitel. A Companhia registra os dividendos ainda não recebidos com base no valor estimado de recuperação, considerando nessa avaliação a existência de processos judiciais para cobrança desses valores e respectivos juros em USD, a expectativa de decisão favorável desses processos no tempo, bem como a existência de caixa na Unitel para pagamento dos mesmos. Os dividendos não pagos pela Unitel à PT Ventures são relativos aos resultados transitados de 2005 e às reservas livres de 2006 a 2009, bem como aos exercícios fiscais de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2017, no total nominal bruto de US\$ 821 milhões;
- (ii) Refere-se, principalmente, ao valor justo do investimento financeiro da participação indireta detida pela PT Ventures, correspondente a 25% do capital social da Unitel e classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento é calculado com base em estimativas relativas aos resultados potenciais e recuperações dos processos nos quais a Companhia e suas subsidiárias tem sido parte. Adicionalmente, o valor justo é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de cinco anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de uma taxa de desconto adequada, calculada com base no custo médio de capital ponderado de 17,6%, considerando o ambiente de negócios da Unitel. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios. Em 31 de março de 2019, e no âmbito da atualização das premissas

Notas Explicativas

acima mencionadas, o valor justo do investimento na Unitel era de R\$ 1.770 milhões (31/12/2018 – R\$ 1.760 milhões).

- (iii) Representado, principalmente, pela participação de 14% da Samba Luxco no capital social da Africatel e, consequentemente, nos seus ativos líquidos.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, por meio de comunicado ao mercado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da PTIF e da PT Portugal (ambas, em conjunto, “Subsidiárias da Oi”), sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital da Companhia em maio de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

Tendo em vista o inadimplemento da Rio Forte com relação aos títulos, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram, em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

No dia 31 de março de 2015, a Companhia publicou Fato Relevante relativo à consumação da Permuta.

A Opção se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos, sendo que o número de ações objeto da Opção será reduzido anualmente, a cada dia 31 de março.

Até 31 de março de 2019, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, deixaram de estar sujeitas à Opção: (i) a partir de 31 de março de 2016, 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 10% das ações objeto da Opção; (ii) a partir de 31 de março de 2017, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das ações objeto da Opção; (iii) a partir de 31 de março de 2018, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das ações objeto da Opção; e (iv) a partir de 31 de março de 2019, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das ações objeto da Opção. Ainda estão sujeitas à Opção 17.076.554 ações ordinárias e 34.153.108 ações preferenciais.

Em 31 de março de 2019, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 3 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “Black-Scholes” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

Notas Explicativas

b) Processos Administrativos Sancionadores na CVM

Em dezembro de 2018, tomamos conhecimento de que a CVM, no uso de suas atribuições, instaurou dois processos administrativos sancionadores por atos praticados em conexão com a reestruturação societária anunciada em outubro de 2013 envolvendo a Oi e a Pharol (anteriormente denominada Portugal Telecom), e o aumento de capital via oferta pública de ações da Oi concluído em maio de 2014, em suposta violação à Lei das Sociedades Anônimas, propondo a responsabilização de determinados executivos, diretores e acionistas controladores à época dos fatos.

A Companhia não é parte nestes processos. Em relação aos executivos acusados, se os mesmos forem considerados responsáveis nestes Processos Administrativos Sancionadores, eles estarão sujeitos a uma penalidade, que pode variar de uma advertência à inabilitação temporária, por até 20 anos, para o exercício de cargo de administrador ou de conselheiro fiscal de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição ou de outras entidades que dependam de autorização ou registro na CVM.

c) Incorporação da Copart 5 pela Companhia

Em março de 2019, foi realizada a incorporação da Copart 5 pela Companhia. A incorporação não trouxe impactos contábeis, pois os ativos e passivos da Copart 5 já eram apresentados nos saldos da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora. Essa incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi descritos no PRJ e, tem como objetivo a otimização das operações.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa****Transações não caixa**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Variação entre investimento econômico e financeiro (aquisição de imobilizado e intangível)	80.781	138.573	279.940	(21.073)
Compensação de depósitos judiciais contra provisões e outras obrigações	35.056	79.078	82.031	137.912
Aumento de capital	337.475		337.475	
Aumento de capital em controladas	7.204.105			

Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos

As movimentações de encargos financeiros e liquidação de dívidas resultantes de atividades de financiamentos são apresentadas na Nota 19.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Oi S.A – Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais Notas Explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 21 (R1) - Demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas/ CPC 21 (R1) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) e atendimento dos requerimentos previstos na Lei nº11.101/2005. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Esmir de Oliveira
Contador CRC 1 SP 109628/O-0 – S - RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS**

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/03/19, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela BDO RCS Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

↴

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2019.

Eurico de Jesus Teles Neto
Diretor Presidente e Diretor Jurídico

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/03/19, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela BDO RCS Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

☐

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2019.

Eurico de Jesus Teles Neto
Diretor Presidente e Diretor Jurídico

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Diretor de Finanças e Relações com Investidores